



O PRETÉRITO PERFEITO PASSIVO, DO LATIM AO PORTUGUÊS: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO GÉNERO EPIGRÁFICO

Mário Nuno Campos de Gouveia

Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem,
Área de Especialização em Linguística

Orientação: Professora Doutora Maria Teresa Brocardo

Março, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciências da Linguagem, área de especialização em Linguística, realizada sob a orientação científica da professora doutora Maria Teresa Brocardo.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 31 de março de 2020

Declaro que esta dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 31 de março de 2020

matri patrique dilectissimis

Agradecimentos

À professora doutora Maria Teresa Brocardo (NOVA FCSH), pelo facto de ter aceitado orientar esta dissertação e de ter acompanhado as várias etapas do trabalho de investigação.

Ao corpo docente do curso de mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização em Linguística, da NOVA FCSH, pelos ensinamentos que me transmitiram nos vários domínios da Linguística.

Aos meus colegas de curso, pelo facto de terem assistido à apresentação deste projeto e de terem discutido comigo alguns dos tópicos que são aqui trabalhados em maior detalhe.

O PRETÉRITO PERFEITO PASSIVO, DO LATIM AO PORTUGUÊS: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO GÊNERO EPIGRÁFICO

MÁRIO NUNO CAMPOS DE GOUVEIA

Resumo

O objetivo desta dissertação é aprofundar os nossos conhecimentos sobre a forma como se desenvolveu o pretérito perfeito passivo na transição do latim para o português.

Na primeira parte, apresentamos os fundamentos teóricos e metodológicos do projeto de investigação, salientando alguns dados sobre o funcionamento do verbo em latim, nos sistemas do *infectum* e do *perfectum*, e caracterizando as formas e os valores que estão associados ao paradigma acima identificado. Na segunda parte, apresentamos o *corpus* epigráfico e procedemos à análise dos dados linguísticos, sob os pontos de vista scriptográfico, sintático e semântico, formulando uma hipótese que tenta explicar a coexistência de duas formas para uma só categoria verbal: (1) PPV + AUX *est* (= perífrases-E); (2) PPV + AUX *fuit* (= perífrases-F). Na terceira parte, discutimos as conclusões extraídas da análise dos dados integrados no *corpus* para efeitos de caracterização do funcionamento da língua, no contexto histórico que precede o aparecimento do português como língua escrita.

Entre outras conclusões relevantes, o estudo do problema linguístico permitiu constatar que:

- 1) Em latim, havia duas construções verbais com a mesma função gramatical. Esta coexistência resultou de ambiguidades de interpretação relacionadas com os valores de tempo e aspeto;
- 2) As construções (1) e (2) entraram em competição para efeitos de marcação da categoria verbal. Nesta competição, uma das formas (1) desapareceu e outra (2) manteve a sua função original;
- 3) A hipótese que explica este processo relaciona-se com a noção de inferência semântica. Nesta hipótese, o critério da transparência linguística depende de uma relação de convergência entre estrutura verbal e significado verbal;
- 4) O *corpus* epigráfico ajuda a esclarecer estes fenómenos e alarga os dados cuja análise permite explicar este problema linguístico.

Palavras-chave: Linguística histórica – mudança linguística – sistema verbal – pretérito perfeito passivo – epigrafia medieval.

THE PASSIVE PERFECT, FROM LATIN TO PORTUGUESE: A CASE STUDY FROM THE EPIGRAPHIC GENRE

MÁRIO NUNO CAMPOS DE GOUVEIA

Abstract

The scope of this dissertation is to deepen our knowledge on the development of the passive perfect in the transition from Latin to Portuguese.

In the first part, we present the theoretical and methodological backgrounds of the research project, highlighting some data on the functioning of the Latin verb, in the *infectum* and *perfectum* systems, and characterizing the forms and values related to the above mentioned paradigm. In the second part, we present the epigraphic corpus and proceed with the analysis of the linguistic data, from a scriptographic, syntactic and semantic point of view, testing the hypothesis that tries to explain the coexistence of two forms for one verbal category: (1) PPV + AUX *est* (= *E-periphrases*); (2) PPV + AUX *fuisset* (= *F-periphrases*). In the third part, we discuss the conclusions drawn from the analysis of the data incorporated in the corpus, in order to characterize the functioning of the language in the historical context that precedes the emergence of Portuguese as a written language.

Among other relevant conclusions, the consideration of the linguistic problem showed that:

- 1) In Latin, there were two verbal constructions with the same grammatical function. This coexistence resulted from ambiguities of interpretation related to tense and aspect values;
- 2) Both constructions entered into competition for marking the verbal category. In this competition, one form (1) disappeared and the other (2) kept its original function;
- 3) The hypothesis that explains this process relates to the notion of semantic inference. In this hypothesis, the criterion of linguistic transparency depends on the convergence between verbal structure and verbal meaning;
- 4) The epigraphic corpus helps to clarify these phenomena and expands the data that explain this linguistic problem.

Keywords: Historical linguistics – linguistic change – verbal system – passive perfect – medieval epigraphy.

ÍNDICE

Siglas e abreviaturas	10
INTRODUÇÃO	11
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	13
1. O projeto de investigação	14
1.1. Apresentação da dissertação	14
1.2. Objetivos da investigação	15
1.3. Enquadramento teórico	17
1.4. Desenvolvimento metodológico	19
2. Alguns dados sobre o verbo latino	21
2.1. O sistema verbal	22
2.1.1. <i>Infectum</i>	23
2.1.2. <i>Perfectum</i>	23
2.2. O caso de estudo: o pretérito perfeito passivo	24
2.2.1. A visão dos gramáticos clássicos	24
a) Donato.....	24
b) Prisciano	25
2.2.2. O funcionamento do verbo	27
a) Formas e construções	28
i) Verbo auxiliar <i>sum</i>	28
ii) Particípio passado	28
b) Propriedades e valores: perfeito e perfeitivo	29
II – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	30
1. Caracterização do <i>corpus</i>	31
1.1. Género epigráfico	31
1.2. Dados linguísticos	32
1.3. Variáveis estatísticas	36
2. Formulação da hipótese	39
2.1. Ambiguidade linguística	40
2.2. Competição estrutural.....	41
3. Discussão dos dados	42
3.1. Representação scriptográfica	42

3.1.1. Verbo auxiliar	43
3.1.2. Particípio passado	44
3.2. Estruturação sintática.....	47
3.2.1. Adjacência	48
3.2.2. Regularidade	49
3.3. Representação semântica	50
3.3.1. Tempo e aspeto.....	51
3.3.2. Inferência e indução	52
4. Formulação da mudança linguística	53
 III – PERSPETIVAS CRUZADAS SOBRE O PRETÉRITO PERFEITO PASSIVO	57
 CONCLUSÃO	70
 Anexo n.º 1	72
Anexo n.º 2	84
Anexo n.º 3	89
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
 ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	101

Siglas e abreviaturas

ABL	ablativo
AG	agente
AUX	verbo auxiliar
CEP	<i>Corpus epigraphicum portugalsium</i> (BARROCA 2017)
cf.	confronte
DEM	demonstrativo
EC	elemento constitutivo
ed.	edição
EMP	<i>Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)</i> (BARROCA 2000)
ex., exs.	exemplo, exemplos
IND	indicativo
l.	linha
lt.	latim
n.º, n.ºs	número, números
N	nome
NOM	nominativo
p., pp.	página, páginas
P	presente
PAS	voz passiva
PL	plural
PP	pretérito perfeito
PPP	pretérito perfeito passivo
PPV	particípio passado
PRE	preposição
PRED	predicado
pt.	português
s., ss.	seguinte, seguintes
S	sujeito
SG	singular
V	verbo
vol.	volume

INTRODUÇÃO

Entre as várias centenas de inscrições que constituem, nos nossos dias, o *corpus* epigráfico dos séculos IX a XIV, encontra-se um conjunto de monumentos que foram produzidos para assinalar a construção ou a sagração de espaços religiosos situados no território de Entre-Minho-e-Guadiana. Historicamente falando, este conjunto de inscrições é importante por nos dar conta das igrejas e mosteiros que foram fundados no período globalmente identificado com a reconquista cristã, muitos dos quais envolvendo cerimónias públicas de que as epígrafes chegaram até nós como uma espécie de evidências documentais. Linguisticamente falando, o interesse deste conjunto de inscrições reside no facto de o respetivo suporte – a pedra – se ter transformado num fóssil que ajudou a fixar e a preservar até aos nossos dias, geralmente sem quaisquer intervenções ou alterações imputáveis ao homem, a não ser as relacionadas com a cadência do tempo, algumas opções linguísticas suportadas por certos hábitos epigráficos.

Este trabalho procura analisar um problema que se insere no domínio científico da Linguística Histórica (*inter alia*, LEHMANN [1962] 1992; JEFFERS & LEHISTE [1979] 1992; BYNON 1977; HOCK 1991; RINGE & ESKA 2013; MILLAR ed. [1996] 2015; CAMPBELL [1998] 2013; LURAGHI & BUBENIK [2010] 2013), embora cruzando teorias, métodos e práticas de investigação que se relacionam com os estudos latinos (MANTELLO & RIGG 1996; BOURGAIN & HUBERT 2005) e os estudos epigráficos (FAVREAU 1979; FAVREAU 1997), duas áreas de conhecimento muito importantes para o estudo das relações entre língua e escrita durante a época medieval. Uma vez que este trabalho se concentra sobre um conjunto de inscrições que mostram textos facilmente legíveis e perceptíveis, nas suas características mais relevantes, como elementos que articulam signos verbais e não verbais, a nossa análise procurará focar três dos níveis de estudo que a leitura destes textos, como realidades portadoras de significação linguística, hoje permite: falamos muito concretamente da scriptografia, da sintaxe e da semântica.

Ao longo deste trabalho, é nosso objetivo analisar a maneira como os textos conservados nestas epígrafes refletem problemas configuradores de mudança linguística na transição do latim para o português, neste caso mais especificamente associados à construção de algumas formas verbais identificadas com a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito no modo indicativo

da voz passiva. Na primeira parte, tecemos algumas considerações sobre a fundamentação teórica e metodológica do nosso estudo, procedendo à apresentação da dissertação e à formulação do problema linguístico à luz das características gerais do sistema verbal da língua latina e das características específicas do tempo verbal acima indicado. Na segunda parte, concentramos a nossa atenção na apresentação e discussão dos dados que vamos extrair da análise do *corpus*, tendo em vista construir uma hipótese de trabalho que procure avaliar as razões subjacentes à coexistência, no registo epigráfico dos séculos IX a XIV, de duas construções verbais diferentes para uma posição linguística semelhante. Na terceira parte, cruzamos algumas ideias, noções e conceitos de forma a caracterizar as mudanças verificadas no sistema de funcionamento da voz passiva, numa perspetiva diacrónica de longa duração, e a propor uma síntese de todo o trabalho realizado, em que seja possível verificar-se até que ponto o objeto selecionado, quando visto sob o prisma dos textos epigráficos, se mostra relevante para o estudo da história da língua.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1. O projeto de investigação

1.1. Apresentação da dissertação

O trabalho a que agora damos início corresponde à dissertação por nós realizada sob a orientação científica da professora doutora Maria Teresa Brocardo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciências da Linguagem, área de especialização em Linguística, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Na forma como se apresenta, esta dissertação está organizada em três partes, estruturadas, por sua vez, num conjunto de capítulos e subcapítulos:

- 1) Na primeira parte, intitulada “Fundamentação teórica e metodológica”, são apresentadas algumas reflexões sobre o quadro teórico que preside à análise do problema linguístico, que aqui se identifica com o pretérito perfeito passivo. Para além disso, são também apresentados os critérios metodológicos utilizados na análise dos dados reunidos no *corpus* epigráfico, tendo como linhas de orientação alguns trabalhos no âmbito da scriptografia, sintaxe e semântica do latim. Para este fim, é feita uma síntese sobre o funcionamento do verbo, à luz dos sistemas do *infectum* e do *perfectum*, bem como sobre as formas, as construções, as propriedades e os valores que caracterizam o tempo verbal acima indicado, nas suas relações com as noções temporais e aspetuais de anterioridade e perfeitividade;
- 2) Na segunda parte, designada “Apresentação e discussão dos dados”, são identificados e analisados os dados linguísticos que se encontram incorporados no *corpus* epigráfico, a principal base do nosso trabalho de investigação, segundo uma lógica que visa, em primeiro lugar, expor, e, em segundo, discutir as informações daí extraídas. De forma a podermos concretizar esta tarefa, começamos por apresentar os dados e tecemos depois algumas considerações sobre os três níveis de análise que a construção verbal acima indicada permite: por um lado, a representação scriptográfica; por outro, a estruturação sintática; por fim, a representação semântica;
- 3) Na terceira parte, intitulada “Perspetivas cruzadas sobre o pretérito perfeito passivo”, são discutidos alguns conceitos que nos ajudam a explicar os fenómenos linguísticos que

subjazem à(s) hipótese(s) formulada(s) anteriormente, tendo como cenário o estudo da voz passiva. O nosso objetivo é cruzar algumas ideias que nos levem a caracterizar as estruturas e os processos que permitem o funcionamento pleno dos enunciados linguísticos presentes no *corpus* epigráfico, focando aspectos que se relacionam com as suas funções históricas e verificando até que ponto estes podem constituir-se como objetos necessários à descrição do funcionamento daquela voz verbal na transição do latim para o português.

As três partes em que esta dissertação se encontra dividida são antecedidas de uma introdução e seguidas de uma conclusão. São também apresentados três anexos em que se reúnem os dados coligidos no decurso da recolha das epígrafes que integram o *corpus*: no anexo n.º 1, inclui-se a leitura das inscrições latinas integradas no *corpus*; no anexo n.º 2, inclui-se o conjunto das fórmulas que atestam a utilização de construções com pretérito perfeito passivo nas inscrições latinas dos séculos IX a XIV; no anexo n.º 3, inclui-se o conjunto das fórmulas que atestam a utilização de construções com pretérito perfeito passivo nas inscrições portuguesas dos séculos XIII a XV. No final da dissertação, é apresentada a lista das referências bibliográficas correspondentes às obras citadas ao longo do trabalho, bem como o índice dos gráficos que acompanham a leitura do texto.

1.2. Objetivos da investigação

O foco desta dissertação é a análise de alguns problemas relacionados com a noção de mudança linguística (*inter alia*, LASS 1997; BYBEE 2015), uma das áreas de estudos da Linguística Histórica. Ao longo deste trabalho, o nosso objeto é analisado numa dupla perspetiva, que considera, por um lado, as estruturas básicas da língua, e, por outro, os processos dinâmicos que, no quadro dessa mesma língua, garantem o funcionamento pleno de certos enunciados como construções portadoras de significação linguística. Para este efeito, a perspetiva a adotar-se privilegia uma abordagem de tipo histórico que permite estudar e compreender quais são as semelhanças e as diferenças que existem, na transição do latim para o português, a respeito de certas categorias verbais e da maneira como estas mesmas categorias, interagindo entre si ao nível das formas ou das construções, marcam algumas noções linguísticas.

O objetivo do nosso estudo é analisar em detalhe a forma como se encontram representadas, num contexto pragmático específico – que, neste caso, se identifica com o género epigráfico durante a época medieval, mais concretamente entre os séculos IX e XIV –, as noções de tempo e aspeto a partir de uma construção verbal que se identifica com o pretérito perfeito passivo (*in genere*, ERNOUT 1908-1909; MULLER 1924). Para realizarmos este trabalho, focamos a nossa atenção na análise de uma série de exemplos de fórmulas gravadas sobre suportes pétreos que refletem a ocorrência desta construção verbal numa fase da história da língua que precede o aparecimento do português como língua escrita, tentando avaliar até que ponto esta construção obedece a critérios de regularidade linguística. Entre os objetivos gerais que queremos alcançar com este trabalho, é importante considerar desde já três:

- 1) Apresentar-se a epigrafia medieval como um género textual que representa enunciados linguísticos que podem ser estudados e descritos à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos que definem o campo de ação da Linguística Histórica;
- 2) Discutir-se a importância dos dados obtidos com a análise epigráfica como testemunhos de uma fase da história das línguas em que o latim coexiste com o português, daí resultando tensões, ao nível da relação entre ambas, que deixam marcas passíveis de serem analisadas sob o ponto de vista linguístico;
- 3) Compreender-se a articulação entre os vários níveis de análise linguística, entre os quais se destacam o scriptográfico, o sintático e o semântico, como uma das vias possíveis para a abordagem dos tópicos que permitem o estudo de um *corpus* de dados constituídos por enunciados complexos na sua base de formulação.

Entre os objetivos específicos, é importante considerar outros três:

- 1) Apresentar-se uma proposta que explique os motivos subjacentes à coexistência, no registo epigráfico latino dos séculos IX a XIV, de dois tipos de construção verbal para o pretérito perfeito passivo: uma socorrendo-se do verbo auxiliar *est* e particípio passado do verbo principal e outra socorrendo-se do verbo auxiliar *fuit* e particípio passado do verbo principal;

- 2) Discutir-se a hipótese da inferência semântica como um dos processos que terão sido despoletados pelos locutores da língua para resolver algumas ambiguidades, ao nível das estruturas e dos processos, relacionadas com a coexistência de duas categorias verbais para uma só posição linguística;
- 3) Propor-se uma síntese sobre o desenvolvimento da voz passiva no latim vulgar, assinalando os aspetos que nos permitem falar de convergência ou divergência de formas ou construções e descrevendo a sua relação com outras categorias, como os verbos depoentes, em que a marca de voz passiva é utilizada para efeitos de construção verbal.

1.2. Enquadramento teórico

O quadro teórico que sustenta a análise do problema linguístico identificado no início deste trabalho relaciona-se com a mudança na forma como se procede à marcação do tempo e do aspeto no sistema verbal, razão pela qual julgamos necessário fazer algumas observações, ainda muito gerais, sobre estas duas noções. As premissas em que nos vamos basear para aprofundar as nossas reflexões foram formuladas, há algumas décadas, por H. REICHENBACH (1947), autor que, num dos seus trabalhos, postulou a existência de três entidades temporais diferentes no domínio da semântica verbal: (1) o tempo da enunciação, isto é, o tempo em que o enunciado é feito; (2) o tempo do evento, isto é, o tempo em que o evento denotado pelo verbo ocorre; e (3) o tempo de referência, isto é, o tempo que estabelece a mediação entre (1) e (2).

Como é evidente, à proposta avançada por H. Reichenbach subjaz uma conceção ternária do tempo que foi depois revista por outros autores cujos trabalhos também focam o problema relativo à categorização temporal e aspetual. Entre estes, destacamos N. HORNSTEIN (1990), uma vez que as suas reflexões resultam numa leitura segundo a qual a estrutura ternária inicialmente proposta deve ser organizada em duas relações binárias: uma a estabelecer a relação entre (1) e (3) e outra a estabelecer a relação entre (2) e (3). Esta proposta baseia-se na opinião de que o tempo deve ser aferido a partir de uma escala centrada na referência, porque se considera que é a relação entre enunciação e referência que determina se um dado evento está situado no

passado, no presente ou no futuro e é também a relação entre evento e referência que determina se um dado evento é interpretado como perfeito ou imperfeito.

Uma vez que a categorização temporal e aspetual é um fenómeno intrínseco ao funcionamento do verbo – e, em especial, do verbo latino, língua em que estão escritos os textos que vamos analisar na segunda parte desta dissertação –, procedemos à leitura de uma série de obras de vários autores a respeito das características mais relevantes do latim vulgar (*in genere* MOHL 1899; WRIGHT 1982: 52-54, com reflexões específicas sobre o caso ibérico em WRIGHT 1982: 145-260; cf. repertórios bibliográficos em BACH & PRICE 1977: 63 ss.; MANTELLO & RIGG eds. 1996: 22 ss.). Entre estas, queremos destacar, pela sua relação com o tratamento dos fenómenos que marcam o aparecimento de novas formas de voz passiva na transição do latim para o romance, as que foram escritas por L. R. PALMER ([1954] 2001: 148-180), V. VÄÄNÄNEN ([1963] 2012) e J. HERMAN ([1967] 2000), três referências já clássicas para quem procura explicar as transformações ocorridas neste contexto. A este respeito, queremos também assinalar os livros que J. N. ADAMS (2003; 2007; 2013) tem publicado ao longo dos últimos anos sobre o latim vulgar, uma vez que neles se analisam tópicos que estão diretamente relacionados com aquele problema, como os relativos ao bilinguismo, à variação social e à diversificação regional da língua, três dos temas que nos permitem contextualizar historicamente o problema de fundo desta dissertação.

Para a análise da categoria identificada com o pretérito perfeito passivo (*in genere*, LINDSAY 1894: 494-508; ERNOUT 1908-1909; MULLER 1924), tema que nos vai ocupar em detalhe quando analisarmos os dados linguísticos, partimos das propostas avançadas por M. LEUMANN (1921), R. HOFFMAN (1997), G. HAVERLING (2008, 2010), W. de MELO (2012), Ph. BURTON (2016) e L. DANCKAERT (2016, 2017) a propósito do desenvolvimento da voz passiva no latim e nas línguas que dele derivaram. Vamos focar a nossa atenção na questão relativa à dicotomia que é gerada pela coexistência de traços linguísticos que têm sido globalmente identificados como *es-types* ou *E-periphrases* (AUX *est*) e *fu-types* ou *F-periphrases* (AUX *fuit*), na verdade duas construções funcionalmente semelhantes mas gramaticalmente diferentes. Para contextualizarmos melhor esta questão, vamos também discutir as conclusões avançadas por H. PINKSTER ([1990] 1995) a propósito da marcação do tempo e do aspeto como categorias linguísticas no sistema verbal,

considerando que a compreensão das relações subjacentes entre as formas e os valores nos ajuda a entender melhor aquela categoria específica.

Entre outros tópicos, estes trabalhos analisam a forma como, no pretérito perfeito, se encontram marcadas as ideias de anterioridade e perfeitividade, chamando assim a atenção para a existência de dois valores temporais e aspetuais identificados com o que, na sequência do que foi já sugerido por alguns gramáticos (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 159-160; cf. MOORE [1934] 2003: 77-80; MOUNTFORD ed. [1984] 2001: 116-118), se tem designado por *perfeito presente* e *perfeito histórico*, na verdade duas noções relacionadas com os valores de perfeito e aoristo presentes nalgumas línguas de matriz indo-europeia (PALMER [1954] 2001: 166-167; KURZOVÁ 1993: 143-146; SIHLER 1995: 446-453; HEWSON & BUBENIK 1997: 189-208; MALLORY & ADAMS 2006: 262-267). Nestes estudos, o pretérito perfeito é caracterizado como o tempo que marca a noção de anterioridade relativamente ao tempo da enunciação e as suas predicções identificadas com situações que estão já acabadas ou ultrapassadas – no fundo, duas noções representadas noutras formas verbais do sistema do *perfectum*, que integrava, em latim, várias maneiras de marcar o tempo passado e o aspeto perfeitivo.

1.3. Desenvolvimento metodológico

Ao longo deste trabalho, conduzimos a nossa investigação numa ótica que preconiza o cruzamento de dados quantitativos com dados qualitativos. Os primeiros dizem respeito aos procedimentos que visam a caracterização do *corpus* e a avaliação das variáveis estatísticas que resultam da análise dos dados linguísticos, já controlados em função de critérios estabelecidos *a priori*, tendo em vista confrontar a tese com as respetivas antíteses. Os segundos dizem respeito aos vários níveis de estudo em que o *corpus* e os dados linguísticos nele incluídos são analisáveis, tendo em vista explicar *a posteriori*, com base em argumentos logicamente fundamentados, os fenómenos linguísticos que subjazem à construção dos enunciados epigráficos, já organizados sob a forma de uma massa informativa cuja discussão nos permitirá, em último lugar, elaborar uma síntese dos dados mais relevantes.

Para a concretização destas tarefas, organizámos as várias etapas do nosso trabalho de investigação de maneira a que estas refletissem a aplicação de um método científico objetivo e rigoroso. Começámos o nosso trabalho pela identificação de um problema linguístico de fundo e procurámos depois selecionar o mais exaustivo conjunto de dados possível que pudesse ser analisado e interpretado em função desse mesmo problema. Para esta seleção, definimos um universo de estudo identificado apenas com epígrafes (cf. VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 16), objetos ainda pouco trabalhados pelos linguistas, mas que contêm dados relevantes para a história da língua, e procedemos depois à leitura de todos os textos que se encontram publicados na tese de doutoramento de M. J. BARROCA (EMP = BARROCA 2000; cf. CEP = BARROCA 2017), a mais exaustiva recolha feita até à data, optando por referenciar as epígrafes cujo espectro de produção se situa entre os séculos IX e XV e cuja língua se identifica com o latim ou o português.

Feita a recolha epigráfica à luz do critério linguístico definido *a priori*, os dados foram organizados nos dois quadros que se apresentam nos anexos n.º 2 e n.º 3 desta dissertação, o primeiro relativo às epígrafes com texto gravado em latim, com data de produção situada entre os séculos IX e XIV, e o segundo relativo às epígrafes com texto gravado em português, com data de produção situada entre os séculos XIII e XV. Nestes quadros, as linhas que se referem a cada inscrição foram organizadas cronologicamente, da epígrafe mais antiga para a epígrafe mais recente. Atribuiu-se uma referência a cada inscrição que permite a identificação da língua (lt. = latim; pt. = português), da data (séculos IX, X, XI, *etc.*) e do número que lhe está associado neste levantamento em particular (1, 2, 3, *etc.*). Procedeu-se à identificação de cada inscrição com base na instituição religiosa a que se reporta e transcreveu-se a fórmula epigráfica que atesta a construção verbal em apreço, adotando-se, para efeitos de estudo do enunciado linguístico, a leitura proposta no já citado trabalho de M. J. BARROCA (cf. critérios de transcrição em BARROCA 2000: II 1-11).

Uma vez elaborados estes dois quadros, procedemos à seleção dos exemplos que apenas apresentam texto latino e organizámos o *corpus* propriamente dito sob a forma de uma lista de perícopes cronologicamente ordenadas da inscrição mais antiga para a inscrição mais recente. Na transcrição das perícopes, optámos por selecionar e apresentar apenas os elementos da construção frásica que identificam o enunciado linguístico na sua forma mais básica, tendo sido

omitidos os que não se identificam como argumentos do predador verbal: no fundo, foram referenciados o sujeito (um sintagma nominal constituído por nome e demonstrativo no caso nominativo), o predador verbal (a construção de pretérito perfeito passivo, envolvendo articulação entre verbo auxiliar e particípio passado do verbo principal, com marcas de concordância em género, número e caso com o sujeito) e o complemento do predador verbal (o agente da voz passiva, um sintagma preposicional introduzido por *ab* ou *a*)¹. Por fim, os exemplos foram numerados de (1) a (37) e a construção verbal identificada com o pretérito perfeito passivo assinalada a negro, para mais fácil e rápida visualização.

2. Alguns dados sobre o verbo latino

Para podermos trabalhar a questão relativa à forma como se operou a passagem da construção de pretérito perfeito passivo do latim para o português, consideramos desde já algumas ideias fundamentais acerca da maneira como se realiza esta estrutura na primeira destas línguas, uma vez que esta mostra especificidades que são elas próprias resultado de fenómenos diacronicamente observáveis. Começamos por apresentar uma visão global do sistema verbal, à luz dos sistemas do *infectum* e do *perfectum*, e passamos depois a uma caracterização do pretérito perfeito passivo, analisando não só a definição que os gramáticos clássicos deram desta construção verbal, mas também o funcionamento da construção ao nível das formas que interagem na estrutura, associada às propriedades e aos valores que lhes são inerentes.

¹ Sobre a gramática do caso, GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 246-265, 273-274; MOORE [1934] 2003: 45-49; WOODCOCK [1959] 2002: 26-38; MOUNTFORD ed. [1984] 2001: 151-162, 191-194. Foram consideradas algumas exceções, no respeitante ao agente da voz passiva, relacionadas com variações na forma como se marca a concordância nominal ou verbal, já explícita no latim vulgar (cf. VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 110-115): as epígrafes (4) e (33) mostram discordância ao nível do género dos elementos que integram o sintagma nominal (*tenplun hanc, hoc ecclesia*); a epígrafe (35) mostra discordância ao nível do número dos elementos que integram o sintagma nominal (*hoc altaria*); as epígrafes (4) e (8) mostram discordância ao nível do caso dos elementos que integram o sintagma nominal (*tenplun hanc, hanc opera*); e a epígrafe (27) mostra discordância ao nível do caso do sujeito (acusativo) e do particípio passado do verbo principal (nominativo) (*dedicata fuit ec(c)lesiam*).

2.1. O sistema verbal

Nas línguas indo-europeias, o sistema verbal caracterizava-se por um elevado nível de complexidade formal e estrutural, razão pela qual os linguistas têm proposto, desde o século XIX, várias hipóteses para explicar o seu funcionamento (SCHLEICHER 1877: 171-184; MEILLET 1908: 165-219). À medida que o sânscrito, o grego e o latim foram evoluindo, distanciando-se cada vez mais da sua matriz linguística, este nível de complexidade foi adquirindo novos contornos, facto que permitiu definir, no domínio da sistemática verbal, o conjunto dos parâmetros que caracterizam este tipo específico de objetos morfológicos (SHIELDS 1992; SIHLER 1995: 442-446; BALDI 2002: 71-75; MEIER-BRÜGGER 2003: 163-187; MALLORY & ADAMS 2006: 62-65; CLACKSON 2007: 114-156; BEEKES 2011: 251-288 LEHMANN 2014: 161-186).

O verbo latino (*in genere*, ERNOUT [1914] 2014: 105-217; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 127-145; VINCENT 1988: 44-51; SIHLER 1995: 527-547; sobre a relação entre o verbo indo-europeu e o verbo latino, KURZOVÁ 1993: 105-190; BALDI 2002: 361-408) agrupava-se em dois sistemas relacionados entre si: por um lado, o sistema do *inflectum*, que integrava os tempos verbais de aspeto imperfeito, e, por outro, o sistema do *perfectum*, que integrava os tempos verbais de aspeto perfeito. O verbo incluía duas vozes (ativa e passiva), três modos (indicativo, conjuntivo e imperativo), seis tempos (presente, futuro imperfeito, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, futuro perfeito e pretérito mais-que-perfeito), substantivos verbais (infinitivos, gerúndio e supino) e adjetivos verbais (particípios e gerúndio) (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 64; LOURENÇO 2019: 133). Na estrutura, o item lexical verbal incluía um tema, um sufixo de tempo e modo, que indicava o tempo (passado, presente ou futuro) e o modo (factual ou não factual) da situação; e uma desinência de pessoa e número, que definia a pessoa gramatical (primeira, segunda ou terceira, do singular ou plural) do verbo (ERNOUT [1914] 2014: 109-110).

A forma de enunciação do verbo seguia critérios que radicavam em questões de ordem prática: referiam-se apenas as formas básicas, ou seja, aquelas a partir das quais derivavam todas as outras formas que eram utilizadas para a conjugação dos vários tempos, modos e vozes. Nas gramáticas descritivas, a enunciação do verbo incluía as quatro formas que se indicam abaixo, que apresentamos com base em quatro conjugações (1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a), mais uma conjugação

mista, que mistura elementos da 3.^a e 4.^a conjugações, associadas a paradigmas verbais correspondentes à primeira pessoa do presente do indicativo ativo, do infinitivo presente ativo, da primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo ativo e do supino (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 70-84; SIHLER 1995: 528-538):

1.^a conjugação: *dedico, dedicare, dedicaui, dedicatum* (“dedicar”);

2.^a conjugação: *deleo, delere, deleui, deletum* (“destruir”);

3.^a conjugação: *tego, tegere, texi, tectum* (“cobrir”);

4.^a conjugação: *audio, audire, audiui, auditum* (“ouvir”);

Conjugação mista: *capio, capere, cepi, captum* (“tomar”).

2.1.1. *Infectum*

O sistema do *infectum* (“imperfeito”) era constituído pelos tempos verbais que exprimiam uma situação que não estava acabada, razão pela qual utilizava o mesmo radical do presente (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 89, 91-93; ERNOUT [1914] 2014: 109-172; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 130-131, 137-141; LOURENÇO 2019: 138, 153-171). Havia três tempos verbais: o presente, o futuro imperfeito e o pretérito imperfeito. A semântica do *infectum* estava relacionada com as noções temporais e aspetuais de simultaneidade e imperfetividade.

2.1.2. *Perfectum*

O sistema do *perfectum* (“perfeito”) era constituído pelos tempos verbais que exprimiam uma situação que estava acabada, razão pela qual utilizava o mesmo radical do passado (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 89-91, 93-95; ERNOUT [1914] 2014: 172-217; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 130-131, 141-145; LOURENÇO 2019: 138, 172-181). Havia três tempos verbais: o pretérito perfeito, o futuro perfeito e o pretérito mais-que-perfeito. A semântica do *perfectum* estava relacionada com as noções temporais e aspetuais de anterioridade e perfetividade.

2.2. O caso de estudo: o pretérito perfeito passivo

2.2.1. A visão dos gramáticos clássicos

Ao longo deste capítulo, procuramos fazer uma caracterização teórica do pretérito perfeito passivo (*in genere*, ERNOUT [1914] 2014: 172-217; cf. JASANOFF 1987; EMBICK 2000), por se tratar da construção verbal que vai ser discutida mais tarde, quando trabalharmos os dados patentes no *corpus* epigráfico e deles tentarmos extrair algumas conclusões relevantes sob o ponto de vista da história da língua. Para este fim, recuperamos a definição que foi proposta pelos gramáticos da época clássica a propósito do verbo, destacando, entre estes, Donato e Prisciano, dois dos autores latinos cujas obras tiveram maior impacto, no respeitante à descrição das regras inerentes ao funcionamento da língua, ao longo da época medieval (SANDYS 1903; WRIGHT 1982: 54-61, 78-103; LAW 1987).

a) Donato

Na *Ars grammatica*, obra escrita em Roma durante o século IV e organizada em dois volumes – a *Ars minor* e a *Ars maior* –, Donato faz uma descrição da gramática latina com objetivos sobretudo didáticos (SANDYS 1903: 218; AMSLER 1989: 59-81; LAW 1996: 288). A finalidade desta gramática, escrita segundo os modelos da gramática grega e da lógica estóica, está relacionada com a leitura de textos literários. O seu método passa por apresentar uma descrição geral dos elementos linguísticos e por enumerar as suas várias categorias de análise, seguindo uma exposição esquemática em que geralmente se propõe uma definição e se dão alguns exemplos (COPELAND & SLUITER 2009: 82-103).

Donato (*Ars min.*, *De uerbo* = ed. KEIL & MOMMSEN 1864: 359, 4-6; *Ars gram.*, *De uerbo* = ed. KEIL & MOMMSEN 1864: 381) define o verbo como uma das principais partes da oração, sem caso, caracterizada por ter sete acidentes: a qualidade (modos e formas), a conjugação (primeira, segunda e terceira), o género (ativo, passivo, neutro, depoente e comum), o número (singular e plural), a figura (simples e composta), o tempo (presente, pretérito e futuro) e a pessoa (primeira,

segunda e terceira). Na definição do gramático, o verbo serve para representar as noções de agência ou paciência: nas suas palavras, “aut agere... aut pati” (“ou fazer... ou sofrer”).

Quando conjuga o verbo *lego* na voz passiva, Donato (*Ars min., De uerbo* = ed. KEIL & MOMMSEN 1864: 361) descreve duas formas de flexão possíveis do tempo identificado com o pretérito perfeito: uma socorrendo-se das formas do verbo auxiliar *sum* no presente do indicativo (ex.: *lectus sum, es* ou *est* e *lecti sumus, estis* ou *sunt*) e outra socorrendo-se das formas do verbo auxiliar *sum* no pretérito perfeito do indicativo (ex.: *lectus fui, fuisti* ou *fuit* e *lecti fuimus, fuistis* ou *fuerunt/fuere*). Para explicar a ocorrência das duas formas, o gramático refere que a segunda é utilizada para exprimir aquilo que designa por *ulterior modus* (“modo anterior”), não nos dando nenhuma indicação concreta sobre quando a primeira é preferida².

Já a propósito do particípio, Donato (*Ars min., De participio* = ed. KEIL & MOMMSEN 1864: 363, 13-15; *Ars gram., De participio* = ed. KEIL & MOMMSEN 1864: 387, 18-20) esclarece o sentido do termo recorrendo a uma interpretação metalinguística, de cariz etimológico, por meio da qual afirma que a forma toma uma parte do nome (“partem capiens nominis”, o género e o caso), uma parte do verbo (“partem [capiens] verbi”, o tempo e a significação) e, de ambos, número e figura. Na visão do gramático, o particípio é uma forma caracterizada por ter seis acidentes: género (masculino, feminino, neutro e comum), caso (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo), tempo (presente, pretérito e futuro), significação (ativa, passiva, neutra, depoente e comum), número (singular e plural) e figura (simples e composta). Para a significação passiva, o gramático refere dois tipos de particípio: o pretérito e o futuro.

b) Prisciano

Nas *Institutiones grammaticae*, obra escrita em Constantinopla durante o século VI, Prisciano apresenta uma visão da gramática latina mais completa do que a que é dada em Donato

² A este respeito, sublinhe-se que, no comentário a Donato, Sérvio (*Com., De uerbo* = KEIL & MOMMSEN, 1864: 414, 24-26) confirma a existência de um modo anterior no pretérito perfeito passivo, porque afirma: “sed scire debemus in omnibus passivis verbis praeterita tempora, id est perfectum et plusquamperfectum, habere ulteriora praeterita.” (“mas devemos saber que, em todos os verbos passivos, os tempos pretéritos, isto é, o perfeito e o mais-que-perfeito, têm pretéritos anteriores.”).

(SANDYS 1903: 258-260; AMSLER 1989: 59-81; LAW 1996: 288). A finalidade desta gramática está relacionada com a aprendizagem do latim por falantes de grego, razão pela qual trata os elementos linguísticos em vários níveis de análise e estabelece comparações muito frequentes entre ambas as línguas. O seu método é semelhante ao utilizado na gramática que a precede, porque adota um tipo de exposição, apoiado em definições e exemplos, em que os dados são apresentados segundo critérios orgânicos (COPELAND & SLUITER 2009: 167-189).

Recuperando os pressupostos formulados por Donato, Prisciano (*Inst. gram., De uerbo* = ed. KEIL & MOMMSEN 1855: 369) define o verbo em função dos seus acidentes e noções. Na definição do gramático, o verbo caracteriza-se por ter oito acidentes: a significação, o tempo, o modo, a espécie, a figura, a conjugação, a pessoa e o número. Por comparação com o segundo, o primeiro propõe uma definição mais completa e apoiada num maior número de exemplos. Não obstante, o verbo é ainda visto como o objeto que serve para representar as noções de agência ou paciência: nas suas palavras, “[verbum] agendi vel patiendi significativum” (“[o verbo] significa ação ou paixão”).

Nos parágrafos que dedica à significação, Prisciano (*Inst. gram., De significatione* = ed. KEIL & MOMMSEN 1855: 373-404) faz uma caracterização das vozes ativa e passiva, salientando a relação que ambas mantêm com os vários tempos e a articulação que, no caso da voz passiva, se gera entre o verbo e o seu agente, embora sem apresentar as formas de flexão possíveis do tempo identificado com o pretérito perfeito. O mesmo acontece quando faz uma caracterização deste tempo verbal (*Inst. gram., De praeterito perfecto* = ed. KEIL & MOMMSEN 1855: 458-547), que é descrito na sua relação com as várias conjugações mas não analisado com base em exemplos que nos deem a conhecer as formas de flexão admitidas na voz passiva. Já nos parágrafos que dedica ao particípio, Prisciano (*Inst. gram., De participio* = ed. KEIL & MOMMSEN 1855: 548-576) volta a colocar a tónica na ideia de que o particípio é uma das partes da oração que se caracteriza por ter seis acidentes e que tem uma relação direta com o nome e o verbo.

2.2.2. O funcionamento do verbo

Para a caracterização do funcionamento da voz passiva em latim (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 151; ERNOUT [1914] 2014: 106; MOORE [1934] 2003: 69-70), é importante ter-se em consideração que o verbo tinha uma forma sintética nos tempos que integravam o sistema do *infectum*, mas analítica nos tempos que integravam o sistema do *perfectum*, dando assim origem a perífrases verbais. Esta afirmação é válida também para os verbos depoentes, ou seja, para os predicadores verbais que apresentavam morfologia passiva mas tinham semântica ativa (ERNOUT [1914] 2014: 107). A respeito dos três tempos que integravam o sistema do *perfectum*, considerem-se desde já as formas correspondentes à flexão da terceira pessoa do singular, tendo como paradigma o verbo *dedico* (“dedicar”):

Pretérito perfeito: *dedicatus est* (“foi dedicado”);

Pretérito mais-que-perfeito: *dedicatus erat* (“fora dedicado”);

Futuro perfeito: *dedicatus erit* (“terá sido dedicado”).

Para o que aqui nos interessa, é importante chamar-se a atenção para o facto de a construção do pretérito perfeito ser analítica e envolver dois elementos constitutivos: o verbo auxiliar *sum* e o particípio passado do verbo principal. O particípio passado exprimia a ação propriamente dita e correspondia a um adjetivo verbal, razão pela qual apresentava marcas de concordância em género, número e caso com o sintagma nominal, geralmente um nome ou um demonstrativo (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 148-150).

Uma vez que o verbo auxiliar era uma forma finita, a sua inclusão na construção acima indicada conferia-lhe igualmente uma característica finita, observável e analisável, ao nível do sistema flexional, pela presença de traços específicos de pessoa, número, tempo, modo e voz. Na sua forma própria, o particípio acarretava dois valores que importa mencionar desde já, porque deles resulta a descrição de toda a construção verbal: por um lado, a marca de tempo passado, e, por outro, a marca de voz passiva.

a) Formas e construções

Tal como vimos há pouco, o pretérito perfeito passivo era, em latim, uma construção verbal analítica, razão pela qual a sua construção dependia da associação que era gerada sintaticamente entre um verbo auxiliar e um particípio passado de um verbo principal: se o verbo auxiliar era o verbo *sum*, já o particípio passado do verbo principal variava por se tratar do objeto que exprimia a ideia da ação. De forma a podermos compreender melhor este tópico, vejamos separadamente cada um destes dois elementos e retenhamos algumas ideias sobre a relação que ambos mantêm com os vários tempos, modos e vozes do sistema verbal.

i) Verbo auxiliar *sum*

Em latim, o verbo *sum* (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 66-68; ERNOUT [1914] 2014: 162-163; SIHLER 1995: 547-554; cf. HOFFMAN 1997) era um verbo irregular porque tinha dois radicais: o radical *es-* e o radical *fu-*. O primeiro servia para construir os tempos do *infectum*, enquanto o segundo servia para construir os tempos do *perfectum*. Apesar de ter particípio futuro (*futurus*, *-a*, *-um*), o verbo *sum* não tinha, naquela língua, voz passiva, particípio presente, particípio passado, gerúndio, gerundivo e supino. Devido à frequência da sua utilização, este verbo escapou em grande parte às ações analógicas que motivaram reanálises linguísticas e conservou, na sua base, a estrutura originária vinda da matriz indo-europeia.

ii) Particípio passado

Em latim, o particípio (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 285-286; ERNOUT [1914] 2014: 159-162; MOORE [1934] 2003: 92-94; WOODCOCK [1959] 2002: 70-83; SIHLER 1995: 613-629; cf. LAURENT 1999) recebia a sua designação do facto de ser um objeto morfológico que participava de duas naturezas: por um lado, a do nome, devido à sua relação com o género e o número (masculino, feminino e neutro, do singular ou plural), e, por outro, a do verbo, devido à sua relação com o tempo (passado, presente e futuro). Por este motivo, o particípio tinha o valor de

um adjetivo verbal e estava sujeito às regras de declinação utilizadas para a generalidade destes objetos morfológicos.

Ainda a propósito desta forma, é importante dizer-se que o verbo latino tinha três participípios, relacionados entre si por meio do tempo e da voz: o participípio presente (*dedicans*, “que dedica”), o participípio futuro (*dedicaturus*, *-a*, *-um*, “que há de dedicar”) e o participípio passado (*dedicatus*, *-a*, *-um*, “que foi dedicado”). Quanto à estrutura, o participípio passado era constituído por um radical (*dedic-*), uma vogal temática (*-a-*), um morfema de participípio (*-t-*) e um morfema de género, número e caso (*-us*, *-a*, *-um*).

b) Propriedades e valores: perfeito e perfetivo

O pretérito perfeito era uma categoria verbal que servia originariamente para denotar um estado e não tinha qualquer especificação de tempo. Linguistas como Ö DAHL (1985: 129-153) e P. M. BERTINETTO & M. SQUARTINI (2016) estudaram detalhadamente esta questão, salientando não só a relação existente entre o latim, o grego e o sânscrito a propósito das noções de aoristo e perfeito, mas também o facto de, nas últimas décadas, as origens desta categoria verbal terem vindo a ser explicadas com base em reconstruções internas de que resultam conclusões geralmente parcelares sob o ponto de vista da análise linguística.

Na prática, podemos dizer que a categoria verbal acima identificada é uma realização gramatical caracterizada por valores semânticos que servem para exprimir uma situação acabada no tempo passado. Como é do conhecimento geral, estes valores permitem que se interprete a categoria verbal como uma construção que representa as noções de tempo passado e aspeto perfetivo (DAHL 1985: 69-89, 115-120; BERTINETTO & SQUARTINI 2016: 940-941). Aquilo que aproxima estas noções é também a relação que ambas mantêm com a ideia de definitude, conceito ligado à semântica verbal que, no caso particular do pretérito perfeito passivo, serve também para exprimir um evento delimitado na situação em que ocorre.

II – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

1. Caraterização do *corpus*

Na primeira parte desta dissertação, vimos que o latim vulgar admitia dois tipos de construção verbal para exprimir o pretérito perfeito passivo, uma socorrendo-se do verbo auxiliar *sum* flexionado no presente do indicativo e outra socorrendo-se do mesmo verbo auxiliar flexionado no pretérito perfeito do indicativo. Neste momento, podemos já dizer que esta variação estava descrita nas gramáticas da língua pelo menos desde o século IV. Nelas não há nenhum elemento que nos permita considerar esta situação em função de estigmas sociolinguísticos.

A partir daqui, procuramos fazer algumas observações sobre ambas as construções a partir de um *corpus* constituído para o efeito e que atesta a utilização, no mesmo registo textual, das duas formas verbais. Iniciamos o nosso estudo com algumas reflexões sobre a importância do género epigráfico ao longo da época medieval, prosseguimos depois com a apresentação e a caraterização das fórmulas que se encontram inseridas no *corpus* e terminamos com algumas notas relativas aos valores estatísticos que nos permitem compreender estas fórmulas em função de certas variáveis cronológicas.

1.1. Género epigráfico

Começamos por focar a nossa atenção no estudo de um conjunto de enunciados linguísticos que se identificam com algumas fórmulas epigráficas comuns no território de Entre-Minho-e-Guadiana nos séculos IX a XIV (BARROCA 2000: I 5-33, 65-78; sobre a importância da epigrafia para o estudo do latim vulgar, ADAMS 2007: 624-683). Na época em estudo, estas fórmulas representavam um género textual cuja expressão estava condicionada por vários aspetos, entre os quais as caraterísticas do suporte em que se encontravam gravadas, geralmente uma placa de pedra com uma das superfícies preparada para as receber (BARROCA 2000: I 130-138). A gravação de uma inscrição neste tipo de suporte funcionava como um fator condicionante da construção dos enunciados linguísticos, uma vez que a escrita estava limitada

pelas dificuldades do processo de abertura dos signos sobre um suporte duro, nem sempre fácil de se trabalhar tecnicamente (BARROCA 2000: I 117-130).

A mensagem epigráfica era, por definição, concisa na forma como o produtor representava a informação. Para tornar a epígrafe numa peça funcional, o lapicida utilizava um tipo de escrita muito apoiado em operações de redução morfossintática, geralmente acompanhadas pela marcação de signos específicos para assinalar a sua ocorrência, de resto associados a fenómenos linguísticos já identificados e estudados na bibliografia (BARROCA 2000: I 180-194, 198-206). Uma vez que se caracterizava por um elevado grau de seletividade informativa, o género permitia que se omitissem elementos que podiam ser interpretados pelo contexto, ainda que se mostrassem necessários à construção gramatical dos enunciados linguísticos: no *corpus* em estudo, um argumento do predicador verbal como o sujeito podia ser substituído por um deítico ou até mesmo omitido, pelo facto de ser identificável à luz do contexto espacial e temporal.

1.2. Dados linguísticos

Para efeitos de análise do problema linguístico, utilizamos um *corpus* constituído por um total de trinta e sete epígrafes encontradas em Portugal e produzidas durante os séculos IX a XIV, com o objetivo de assinalar a construção ou a sagração de espaços religiosos no território de Entre-Minho-e-Guadiana³. Neste *corpus*, apenas foram consideradas as inscrições cujo texto foi gravado em latim e que apresentam a particularidade de conter data expressa epigraficamente, não tendo sido consideradas aquelas cujo texto se encontra já gravado em português ou que são apenas criticamente datáveis do período em causa, tendo em conta critérios históricos ou paleográficos.

³ Tendo em conta as condicionantes que presidem à delimitação do *corpus*, as conclusões decorrentes da sua análise não serão utilizadas para se aferir a época em que se atestam as formas que servem de marcação da categoria verbal, mas apenas para se avaliar a relação que existe entre estas mesmas formas e as situações em que são utilizadas.

Na forma como foi constituído, o *corpus* integra trinta e sete exemplos de fórmulas epigráficas⁴ em que se atesta o uso da construção verbal acima indicada (cf. anexo n.º 2). O *corpus* tem uma representação diacrónica de quatrocentos e quarenta e quatro anos, sendo o exemplo mais antigo datado do ano de [882] (1) e o exemplo mais recente datado do ano de 1326 (37). A distribuição cronológica das epígrafes é muito variável ao longo dos tempos (BARROCA 2000: I 35-64, 207-237), facto que sugere, no plano teórico, a possibilidade de haver variação na forma como os enunciados linguísticos são construídos e representados.

Há um só exemplo documentado no século IX (1), mas três, no século XI (2, 3, 4), vinte e um, no século XII (5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25), nove, no século XIII (26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34), e três, no século XIV (35, 36, 37). De forma a podermos verificar em detalhe os dados que integram o *corpus*, apresentamos em seguida, por ordem cronológica de atestação, as fórmulas epigráficas sobre as quais vai incidir a nossa análise, já numeradas de (1) a (37) e acompanhadas pela indicação da obra de onde foram extraídas, doravante citada como EMP, com o número de referência:

- (1) **consummatum est** (h)oc opus (EMP 2);
- (2) **[fui]t consacrata** (EMP 19);
- (3) **p(er)fectum ast** templu[m] ab Didagu c(on)f(rater) (EMP 21);
- (4) **perfectum est** tenplun hanc per manis Palla d(e)ovota (EMP 23);
- (5) **[per]fecta est** ec(c)lesia ista ab Adefonso (EMP 60);
- (6) **dedicata est** ec(c)lesia ista ab archiepiscopo Pelagio (EMP 63);
- (7) **fuit** ecclesia is[ta] **dedicata** ab episcopo domno Bernardo p(er) domnu[m] Sesnandum p(resbite)r (?) (EMP 64);
- (8) **incaepa fuit** hanc opera (EMP 69);
- (9) **caepta est** opera ista (EMP 70);
- (10) iste **fundatus fuit** (EMP 74);
- (11) **dedicata fuit** ecclesia (EMP 79);
- (12) hec ec(c)lesia **restaurata est** in honorem S(an)cti Andree apostoli a Petro p(res)b(ite)ro (EMP 82);

⁴ Na transcrição das fórmulas epigráficas, seguimos a proposta de BARROCA 2000, atualizada por BARROCA 2017. Optámos por regularizar a diferença entre as letras maiúsculas e minúsculas, mas mantivemos a indicação das passagens abreviadas (...) ou reconstituídas [...]. Assinalámos a negrito as construções verbais com pretérito perfeito passivo.

- (13) hec ecclesia **fundata est** in honore Sancte Marie Virginis et Matris XPI a militibus Tenpli Iherosolimitani (EMP 98);
- (14) **fundata fuit** ista (EMP 99);
- (15) **fabric[a]t[a] est** i(sta) [?] ecclesia (EMP 117);
- (16) **dedicata fuit** ec(c)lesia ista per manus archiepiscopi Iohannis Bracharensis (EMP 119);
- (17) **dedic** (...) (EMP 130);
- (18) **dedicata fuit** ec(c)l(es)ia ista [per] manus Io(han)nis Bracharensis archiepiscopi et Petri [t]ercii Portugalensis et Menendi Lamecensis [et] Gundisalvi Vis(i)ensis episcoporum (EMP 131);
- (19) **dedicata fuit** ecclesia de Sancta Maria de Lamas ab episcopo Colimbrie domno Michaelae per manus Vermundi ecclesia presbiteri (EMP 134);
- (20) **fundata est** hec ecclesia ad honorem Dei et San(c)te Marie et beati Petri apostoli (EMP 144);
- (21) **dedicata fuit** ec(c)l(es)ia [ista] (EMP 146);
- (22) **fuit** ecclesia ista **consacrata** (EMP 149);
- (23) **dedicata fuit** ecclesia ista in honore Sanctae Mariae et Vicentii (EMP 167);
- (24) ec(c)lesia ista **dedicata est** Sancto Io(h)an(n)i Baptistae a domno Martino episcopo Conimbrisenci (EMP 180);
- (25) **edificatum est** hoc templum ad honorem Sancti Cucueati martiriz (EMP 201);
- (26) **de(d)ica[ta fuit]** ab] domnus Stephanus Br[acharensis archiepiscopus] (EMP 268);
- (27) **dedicata fuit** ec(c)lesiam S(an)ct(i) Vincencii m(arti)ris a Brac(h)are(n)si archiep(iscop)o domno Stephano (EMP 276);
- (28) **fundata fuit** ista ecclesia (EMP 280);
- (29) **dedicata** (EMP 288);
- (30) ecclesia **fuit sac(ra)ta** (EMP 292);
- (31) **c(onsac)r(a)ta [fuit]** d(omno) Ven(e)gas ab(b)as (EMP 296);
- (32) **dedicata est** haec ecclesia in honorem apostolorum Petri et Pauli (EMP 301-A);
- (33) **dedicata est** hoc ecclesia ab archiepiscopo domno Silvestro (EMP 311);
- (34) **facta fuit** galile (EMP 381);
- (35) hoc altaria (...) **consacrata** (EMP 513);
- (36) **inceptum fuit** hoc opus (EMP 562);
- (37) hanc ipsius operis **i[...]** **fuit** (EMP 563).

Apresentados os dados que integram o *corpus*, estamos já em condições de dizer que os exemplos acima transcritos atestam a utilização, no contexto epigráfico latino dos séculos IX a XIV, de um conjunto muito significativo de verbos, entre os quais se destacam os que se assinalam abaixo, por ordem cronológica de atestação:

- (a) **consummo, consummare, consummaui, consummatum:**
1 epígrafe: (1);
- (b) **(con)sacro, (con)sacrare, (con)sacraui, (con)sacratum⁵:**
5 epígrafes: (2), (22), (30), (31), (35);
- (c) **(per)facio, (per)facere, (per)feci, (per)factum⁶:**
4 epígrafes: (3), (4), (5), (34);
- (d) **dedico, dedicare, dedicaui, dedicatum:**
15 epígrafes: (6), (7), (11), (16), (17), (18), (19), (21), (23), (24), (26), (27), (29), (32), (33);
- (e) **incipio, incipere, incepti, inceptum:**
4 epígrafes: (8), (9), (36), (37);
- (f) **fundo, fundare, fundaui, fundatum:**
5 epígrafes: (10), (13), (14), (20), (28);
- (g) **restauro, restaurare, restauraui, restauratum:**
1 epígrafe: (12);
- (h) **fabrico, fabricare, fabricaui, fabricatum:**
1 epígrafe: (15);
- (i) **aedifico, aedificare, aedificaui, aedificatum:**
1 epígrafe: (25).

Embora este conjunto indicie certa variedade lexical não expetável à partida em textos formulares, é importante dizer-se que todos os verbos são utilizados no mesmo contexto semântico, uma vez que correspondem a predicadores que assinalam a ocorrência de ações ligadas à construção ou à sagração de igrejas (BARROCA 2000: I 308-329). No total, estão referenciados nove verbos: *consummo*, *(con)sacro*, *(per)facio*, *dedico*, *incipio*, *fundo*, *restauro*, *fabrico* e *aedifico*. Dois destes verbos aparecem escritos com variação morfológica: referimo-nos, por um lado, a *sacro* e *consacro* (*cum* + *sacro*), e, por outro, a *facio* e *perficio* (*per* + *facio*). Ambos os verbos resultam de um processo de formação de palavras por composição (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 140-142; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 92-95) ou por derivação (IACOBINI 2004: 101-104; ONIGA [2007] 2014: 151-153), sendo o segundo caracterizado também pela ocorrência da apofonia *a > i*.

⁵ Consideraram-se numa só entrada as formas *sacro* e *consacro*.

⁶ Consideraram-se numa só entrada as formas *facio* e *perficio*.

O primeiro verbo a estar documentado neste conjunto é *consummo*, em [882], e o último é *aedifico*, em 1195. Entre 1195 e 1326, todas as formas atestadas correspondem a verbos já registados anteriormente. Note-se que um dos verbos com atestação cronológica mais recuada – *dedico*, entre 1128 e 1237 – é também aquele que apresenta maior frequência de utilização na diacronia considerada, com um total de quinze epígrafes. Note-se também que os dois verbos que se seguem em termos de frequência de utilização – *(con)sacro*, entre 1021 e 1308, e *fundo*, entre 1138 e 1217 – apenas estão representados em cinco epígrafes.

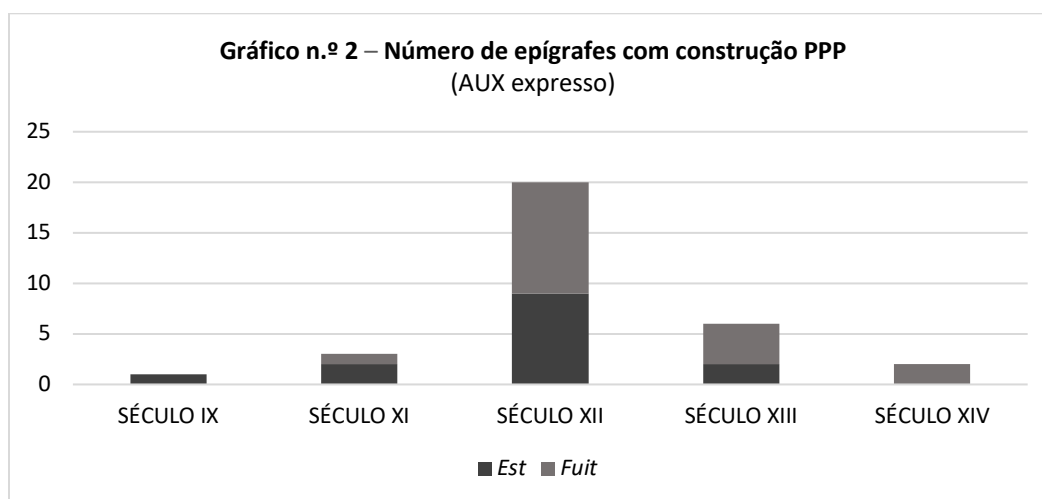
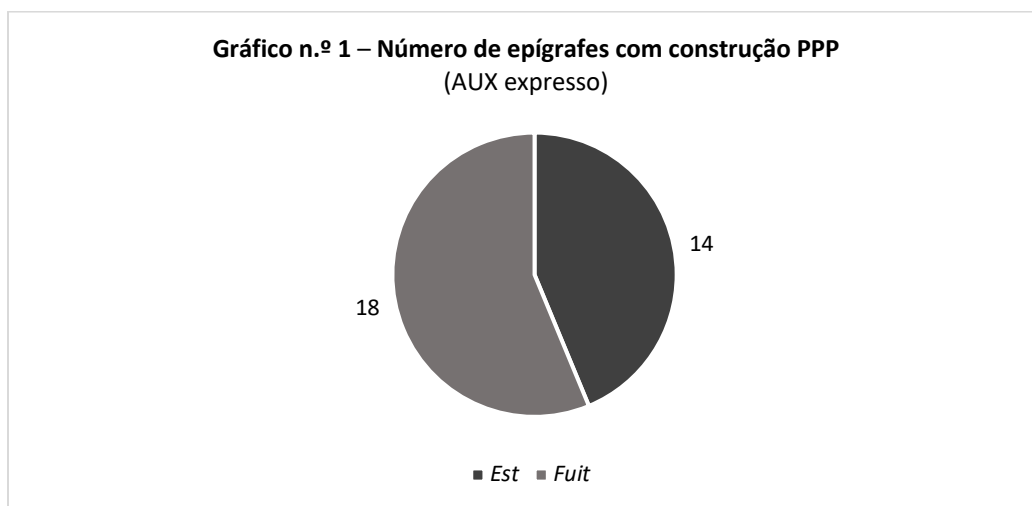
Ao nível da flexão, todos os verbos aparecem conjugados na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito no modo indicativo da voz passiva. A construção da flexão varia, no entanto, de inscrição para inscrição, em especial no respeitante ao uso do verbo auxiliar: algumas epígrafes (1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 15, 20, 24, 25, 32, 33) apresentam construção formada pelo verbo auxiliar *sum* flexionado no presente do indicativo (*est*) e particípio passado do verbo principal com marcas de concordância, não restritivas, em género, número e caso com o sujeito da oração; outras (2, 7, 8, 10, 11, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 34, 36, 37)⁷ apresentam construção formada pelo verbo auxiliar *sum* flexionado no pretérito perfeito do indicativo (*fuit*) e particípio passado do verbo principal com marcas de concordância, também não restritivas, em género, número e caso com o sujeito da oração.

1.3. Variáveis estatísticas

Apresentados os dados linguísticos na sua dimensão epigráfica, tecemos a partir de agora algumas considerações sobre as variáveis estatísticas que estão associadas, no *corpus* já caracterizado, à utilização da construção verbal de pretérito perfeito passivo. Esta análise é feita com base não só numa tentativa de quantificação dos valores, absolutos e relativos, subjacentes aos vários parâmetros em estudo, que são oportunamente apresentados e discutidos, mas também numa proposta de representação gráfica das relações inerentes a estes mesmos valores, tendo em vista tornar mais fácil e rápida a visualização dos dados presentes no *corpus*.

⁷ Excluíram-se desta lista as epígrafes (26) e (31), uma vez que o verbo auxiliar *fuit*, apresentado nas transcrições epigráficas, resulta de uma proposta de reconstituição feita por BARROCA 2000.

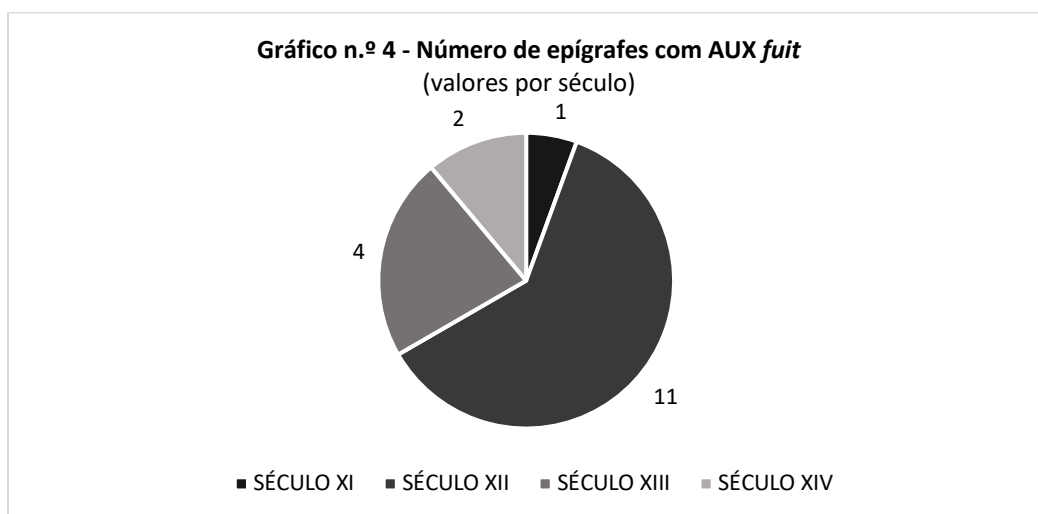
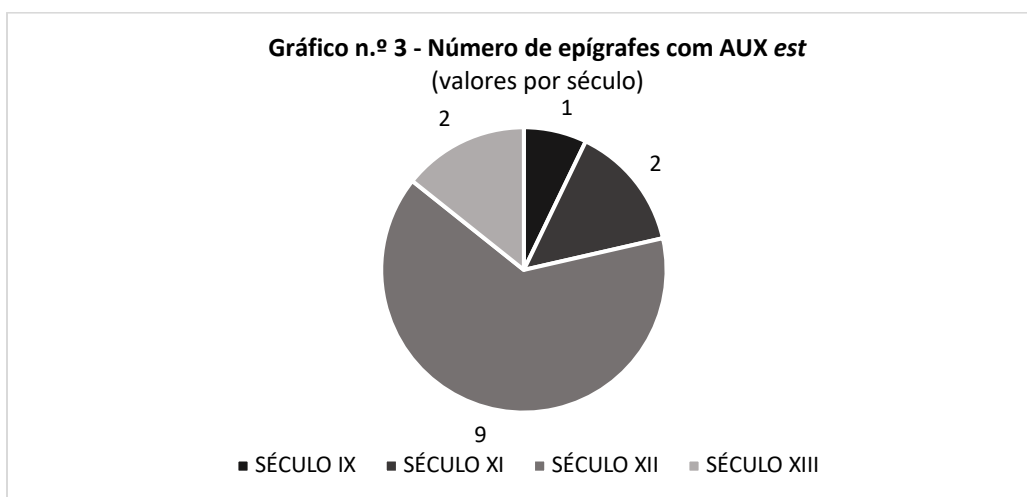
Para este fim, começamos por fazer uma síntese acerca da relação que existe entre cada uma das construções verbais e a sua distribuição cronológica. Das trinta e duas epígrafes que apresentam construção verbal na voz passiva com verbo auxiliar expresso, catorze (43,75%) usam a forma *est*, e dezoito (56,25%), a forma *fuit*. Das catorze epígrafes que registam a forma *est*, uma (7,14%) é do século IX, duas (14,28%), do século XI, nove (64,28%), do século XII, e duas (14,28%), do século XIII. Das dezoito que registam a forma *fuit*, uma (5,55%) é do século XI, onze (61,11%), do século XII, quatro (22,22%), do século XIII, e duas (11,11%), do século XIV. A respeito destes valores, que refletem a representatividade estatística das construções verbais ao longo de mais de quatrocentos anos de produção epigráfica, vejam-se desde já os dois gráficos que se seguem:



A análise dos gráficos apresentados permite-nos chegar a algumas conclusões relativas à representação estatística da construção verbal no *corpus* em estudo. A primeira conclusão que devemos salientar prende-se com o facto de, nos séculos IX a XIV, se verificar uma oscilação da curva de valores, associados aos dois verbos auxiliares, sob a forma de uma parábola: o ponto culminante da evolução, que se inicia de forma pouco expressiva no século IX e termina de forma pouco expressiva no século XIV, é assinalado no século XII, período para o qual existe um número de epígrafes que é muito superior ao número registado em todos os restantes períodos em conjunto (sobre a importância do conjunto epigráfico do século XII, BARROCA 1996).

Na diacronia da língua, *est* aparece como forma única no século IX, coexistindo com *fuit* nos séculos XI, XII e XIII e desaparecendo no século XIV; por sua vez, *fuit* aparece como forma que coexiste com *est* nos séculos XI, XII e XIII, aparecendo como forma única no século XIV. Na prática, os gráficos assinalam a coexistência das duas formas no período identificado com os séculos XI, XII e XIII, facto que indica que houve períodos em que as duas construções verbais eram utilizadas em simultâneo e outros em que apenas uma delas era utilizada. Para além disso, é importante sublinhar-se que não há nenhum elemento que nos permita falar de coocorrência das duas construções verbais, uma vez que os dois verbos auxiliares, quando associados à construção verbal, nunca aparecem atestados numa mesma epígrafe.

No fundo, a análise dos gráficos apresentados indica que há oscilação dos valores associados a cada uma das construções verbais. É necessário chamar-se a atenção para este facto porque ele reflete fenómenos linguísticos que variam ao longo dos tempos e que são, por este motivo, suscetíveis de interpretação diacrónica. Se é verdade que o número de epígrafes aumenta até ao século XII, diminuindo a partir daí, também é verdade o facto de nunca se alterar a relação de valores que existe entre os dois tipos de construção verbal: o número de ocorrências com o verbo auxiliar *fuit* é, nos séculos XII e XIII, superior ao número de ocorrências com o verbo auxiliar *est*. No século IX, *fuit* encontra-se ausente, estando documentado apenas *est*. No século XIV, a situação é já a oposta: *est* encontra-se ausente, estando documentado apenas *fuit*. A respeito destes dados, que assinalam hipoteticamente a ocorrência de tensões entre certas formas e construções linguísticas, vejam-se os dois gráficos que se seguem:



2. Formulação da hipótese

Considerados os dados linguísticos patentes no *corpus* e as variáveis estatísticas que lhes estão associadas, vamos a partir de agora formular teoricamente a hipótese que pretendemos testar ao longo deste trabalho. Com esta hipótese, é nossa intenção demonstrar que, na diacronia do latim, a interpretação das construções *dedicata est* e *dedicata fuit*, combinando verbo auxiliar presente ou passado e particípio passado do verbo principal, era genericamente idêntica, apesar de o verbo auxiliar utilizado em cada caso indicar à partida tempo diferente. Relativamente aos pressupostos teóricos que sintetizámos no início deste trabalho, estamos

desde já em condições de afirmar que ambas as construções pressupõem uma diferença relativamente ao tempo da enunciação, marcada por uma relação de anterioridade do segundo por comparação com o primeiro.

2.1. Ambiguidade linguística

De forma a podermos explicar esta nota, é importante observar algumas ideias fundamentais acerca do valor atribuível às duas construções verbais. A forma perifrástica do pretérito perfeito passivo encerrava, em latim vulgar, algumas ambiguidades ao nível da interpretação semântica que os respetivos locutores terão começado a tentar resolver desde épocas recuadas da história da língua. Estas ambiguidades estavam relacionadas com o facto de a construção verbal poder ser utilizada para exprimir duas situações temporais e aspetuais diferentes: por um lado, a que exprimia o resultado de uma situação prolongada até ao tempo presente, e, por outro, a que exprimia uma situação pontual ancorada no tempo passado.

Na verdade, as construções referidas evidenciam um contraste semântico que importa de igual modo esclarecer para que possamos compreender o sentido do verbo: na construção com *est*, o valor da construção é aferido a partir de um dos seus elementos constitutivos, porque a noção de resultatividade decorre da utilização de um verbo auxiliar no tempo presente, indicando que algo está agora em condições que resultam de situação que decorreu no passado; por sua vez, na construção com *fuit*, o valor da construção também é aferido a partir de um dos seus elementos constitutivos, embora este encerre um valor diferente visto que a noção de perfetividade é expressa pela utilização de um verbo auxiliar no tempo passado, separando o tempo da situação do tempo da enunciação e indicando que algo aconteceu no passado sem que daí resultem consequências para o presente.

Cruzando as noções de tempo e aspeto, podemos então dizer que, em latim vulgar, o enunciado *ecclesia dedicata est* se podia entender não só como “a igreja foi dedicada”, exprimindo tempo passado, mas também como “a igreja está dedicada”, exprimindo aspeto resultativo. Na nossa perspetiva, esta ambiguidade terá sido um dos motivos que terão levado os locutores da língua a tentar resolver uma dúvida com base na adoção de estratégias

destinadas a esclarecer o sentido básico da construção verbal: como hipótese teórica, é possível que, na diacronia da língua, os locutores tenham passado a utilizar a forma *ecclesia dedicata fuit* para exprimir o tempo da situação e a reservar a forma *ecclesia dedicata est* para exprimir o resultado da situação.

2.2. Competição estrutural

Com a passagem do latim para o português, houve alterações significativas nesta forma de marcação do tempo e do aspeto, porque a voz passiva passou a ser identificada apenas por verbo auxiliar passado e particípio passado do verbo principal, denotando desta forma um evento cujo tempo é concorrente com o tempo da enunciação: a expressão “a igreja *foi dedicada*” (It. *fuit dedicata* > pt. *foi dedicada*) passou a significar algo diferente de “a igreja *é dedicada*” (It. *est dedicata* > pt. *é dedicada*). Na verdade, a forma que privilegiava o verbo auxiliar *est* não se perdeu inteiramente, porque veio a diferenciar-se semanticamente da forma concorrente a ponto de dar origem, na diacronia do português, ao tempo verbal identificado com o presente passivo. Por sua vez, a forma que privilegiava o verbo auxiliar *fuit* manteve-se funcional para efeitos de construção do tempo verbal identificado com o pretérito perfeito passivo, constituindo-se até como um dos tipos de construção cuja frequência vai aumentar na diacronia da língua.

No *corpus* em estudo, as duas construções verbais, ora utilizando o verbo auxiliar *est*, ora utilizando o verbo auxiliar *fuit*, desempenham a mesma função para efeitos de construção dos enunciados epigráficos, o que indica à partida que ocupam a mesma posição linguística. Sob o ponto de vista estatístico, a preferência pela forma *fuit*, em prejuízo da forma *est*, poderá indicar uma situação em que se especifica o tempo passado em que o acontecimento decorre e não o resultado deste acontecimento, com ancoragem no tempo passado, no tempo presente. Como facilmente se compreenderá, as fórmulas incluídas no *corpus* sugerem que a construção dos enunciados epigráficos serve mais para assinalar a ocorrência de determinado ato do que a consequência deste mesmo ato.

Uma vez que, na diacronia da língua, apenas uma das formas acabou por sobreviver com o valor que estava inicialmente registado em latim, o *corpus* atesta um processo de mudança em

que, sob o ponto de vista teórico, duas construções verbais entram em competição para a marcação do tempo verbal. Desta competição terá resultado, à luz do princípio da economia linguística, a obsolescência da forma que se revelava mais opaca (*est*) e a sobrevivência da forma que se revelava mais transparente (*fuit*), a ponto de esta acabar por se tornar na única utilizada para a marcação do tempo verbal. Na nossa perspetiva, este processo deverá ter sido despoletado por um tipo de inferência semântica, responsável não só por assegurar uma maior proximidade entre a forma e o significado do verbo mas também por criar as condições para que, na diacronia da língua, se resolvesse a ambiguidade decorrente do facto de duas construções verbais terem ocupado uma só posição linguística.

3. Discussão dos dados

Formulada a hipótese que vamos procurar testar ao longo deste trabalho, passamos a partir de agora a estudar os três níveis de análise que nos parecem mais relevantes para o estudo do pretérito perfeito passivo, à luz dos elementos já identificados no *corpus* epigráfico. Entre estes níveis de análise, vamos destacar três, porque são eles que nos permitem analisar os dados linguísticos na forma como se encontram representados no suporte que os conservou até hoje: falamos, como é natural, da representação scriptográfica, da estruturação sintática e da representação semântica.

3.1. Representação scriptográfica

As fórmulas epigráficas patentes no *corpus* refletem a ocorrência de várias formas de representação scriptográfica do verbo auxiliar e do particípio passado do verbo principal, sugerindo que a construção dos enunciados epigráficos pode ter obedecido a certos critérios linguísticos. Para podermos verificar até que ponto estes critérios determinam a maneira como as palavras foram gravadas no suporte, vamos estudar separadamente cada uma destas categorias, tentando avaliar se, no *corpus* em apreço, a grafia das palavras respeita as normas da

flexão verbal e nominal e reflete a ocorrência de operações de redução ou divisão scriptográfica, à luz do princípio da economia epigráfica.

3.1.1. Verbo auxiliar

Na primeira alínea, vamos concentrar a nossa atenção no estudo do verbo auxiliar. Para este efeito, temos em consideração as formas de representação scriptográfica observáveis no *corpus* em função de dois critérios: a flexão verbal e a redução scriptográfica. Por flexão verbal, entendemos a marcação dos morfemas que servem para indicar a pessoa e o número; por redução scriptográfica, entendemos a operação que serve para abreviar a palavra através da supressão de grafemas.

É importante sublinhar-se que, nas fórmulas que integram o *corpus*, o verbo auxiliar está quase sempre referido, embora também haja alguns casos em que este é omitido. Esta omissão está relacionada com o princípio da economia epigráfica, que admite a supressão de classes morfológicas identificadas com morfemas livres, ainda que estes veiculem informação gramatical relevante que é adicionada ao verbo principal. Na prática, a omissão só é possível porque o elemento linguístico que assinala a natureza da situação é o particípio passado.

No *corpus*, o verbo auxiliar *sum* aparece flexionado na terceira pessoa do singular, podendo o tempo variar em função da forma selecionada para a construção da categoria verbal (GRANDGENT 1907: 166-187; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 127-145; HERMAN [1967] 2000: 68-80; KIESLER 2006: 55-61): nuns casos, trata-se da forma *est*, correspondente ao presente do indicativo ativo; noutros, trata-se da forma *fuīt*, correspondente ao pretérito perfeito do indicativo ativo. A este respeito, vejam-se os exemplos correspondentes às epígrafes (1), (3), (4), (5), (6), (13), (15), (20), (24), (25) e (33), que atestam a ocorrência da forma EST, representada por meio de grafia plena ou abreviada, ou os exemplos correspondentes às epígrafes (2), (7), (10), (14), (16), (18), (19), (21), (22), (27), (28), (30), (36) e (37), que atestam a ocorrência da forma FUIT, representada por meio de grafia plena ou abreviada.

Quanto à redução scriptográfica, é necessário referir-se que os exemplos integrados no *corpus* atestam a ocorrência de um fenómeno relacionado com a sub-representação das letras

finais de ambas as formas. Este fenómeno está documentado em apenas três exemplos; nos casos restantes, o verbo auxiliar ou não está expresso epigraficamente ou está expresso na sua forma plena, com recurso a letras maiúsculas. A este respeito, vejamos os exemplos correspondentes às epígrafes (10), (20) e (22): nas epígrafes (10) e (22), as três letras finais do verbo auxiliar *fuít* (Fuit) estão sub-representadas; na epígrafe (20), também as duas letras finais do verbo auxiliar *est* (Est) estão sub-representadas. Na prática, estes exemplos parecem indicar que o género epigráfico permite que se represente scriptograficamente o verbo auxiliar por meio da letra inicial, que funciona assim como o catalizador que permite a decodificação de toda a forma.

3.1.2. Participípio passado

Na segunda alínea, vamos focar a nossa atenção no estudo do participípio passado. Para este efeito, temos em consideração as formas de representação scriptográficas observáveis no *corpus* em função de três critérios: a flexão nominal, a redução scriptográfica e a divisão scriptográfica. Por flexão nominal, entendemos a marcação dos morfemas que servem para indicar o género, o número e o caso; por redução scriptográfica, entendemos a operação que serve para abreviar a palavra através da supressão de grafemas; por divisão scriptográfica, entendemos a operação que serve para dividir partes de uma mesma palavra em linhas contíguas.

É importante considerar-se que, ao contrário do que acontece com o verbo auxiliar, o participípio passado está sempre representado nas fórmulas que integram o *corpus*. Este facto compreende-se bem se tivermos em conta que, na construção de pretérito perfeito passivo, é o participípio passado, e não o verbo auxiliar, que denota a situação propriamente dita, razão pela qual não pode ser omitido. A omissão deste elemento implicaria a perda do elemento linguístico que assinala a situação denotada pelo predador verbal, aspeto que, em última instância, impossibilitaria a compreensão de todo o enunciado.

No *corpus*, os morfemas *-us*, *-a*, *-um* marcam o género, o número e o caso: *-us* identifica o masculino singular nominativo, *-a* o feminino singular nominativo e *-um* o neutro singular

nominativo (GRANDGENT 1907: 144-161; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 101-127; HERMAN [1967] 2000: 49-68; KIESLER 2006: 49-55). Uma vez que o particípio passado funciona como um adjetivo verbal, estes morfemas assinalam também a concordância, nas três variáveis acima indicadas, com outros elementos linguísticos, neste caso nomes femininos como *ecclesia* e *opera* ou neutros como *templum* e *opus*, para além de demonstrativos masculinos como *iste*, femininos como *haec* e *ista* ou neutros como *hoc*.

Embora esta concordância se verifique na generalidade dos exemplos, é importante dizer-se que há duas situações em que ela não ocorre, evidenciando discordância ao nível da flexão: 1) no respeitante à relação entre particípio passado e nome, a epígrafe (27) mostra divergência de caso, evidenciada por particípio nominativo + nome acusativo (*dedicata... ec(c)lesiam*); 2) no respeitante à relação entre os dois elementos constitutivos do sintagma nominal que desempenha a função de sujeito, as epígrafes (4) e (33) mostram divergência de género, evidenciada por nome neutro + demonstrativo feminino (*tenplun hanc*) ou por nome feminino + demonstrativo neutro (*hoc ecclesia*); a epígrafe (35) mostra divergência de número, evidenciada por nome plural + demonstrativo singular (*hoc altaria*); as epígrafes (4) e (8) mostram divergência de caso, evidenciada por nome nominativo + demonstrativo acusativo (*tenplun hanc, hanc opera*).

Quanto à redução scriptográfica, é necessário referir-se que os exemplos integrados no *corpus* mostram a ocorrência de algumas formas de sub-representação de grafemas: por um lado, a sub-representação de grafemas em posição medial, e, por outro, a sub-representação de grafemas em posição final. Embora não se ateste nenhum caso explícito de sub-representação de grafemas em posição inicial, há pelo menos uma situação, observável na epígrafe (5), em que a preposição que entra na formação do verbo não está representada, interpretação que ganha força se tivermos em conta outros exemplos que atestam o uso do mesmo predicator, geralmente na forma *perfectus, -a, -um* (*per + facio*) e não na forma *factus, -a, -um* (*facio*)⁸.

⁸ Esta interpretação coincide com a que é dada por BARROCA 2000, uma vez que, na transcrição epigráfica feita por este investigador e que reproduzimos no *corpus*, se opta por colocar o prefixo *per* entre parênteses retos, indicando tratar-se de uma proposta de reconstituição plausível à luz de outros exemplos.

A este respeito, vejam-se os exemplos correspondentes às epígrafes (1), (25) e (36). Estas epígrafes mostram participio passado caracterizado pela queda do fonema que indica o morfema *-m*, relativo ao número e caso, dando origem às formas CONSUMMATU(m), EDIFICATU(m) e INCEPTU(m). A supressão destes morfemas ocorre desde épocas recuadas na história da língua e corresponde a um tipo de mudança que se vai consolidar já na passagem do latim clássico para o latim tardio, estando neste caso atestado na epígrafe (1) durante o século IX, na epígrafe (25) durante o século XII e na epígrafe (36) durante o século XIV: referimo-nos à “perda” do *-m* final correspondente à desinência latina, fenómeno, aliás, já bem identificado e caracterizado na bibliografia sobre o latim vulgar (*in genere*, HOLT 2016; cf. GRANDGENT 1907: 127; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 66-67; HERMAN [1967] 2000: 39-42).

Já quanto à divisão scriptográfica, é importante dizer-se que os exemplos integrados no *corpus* mostram a ocorrência de vários casos de divisão da palavra em línguas contíguas, nomeadamente através da separação das sílabas que formam parte do radical do verbo principal e não do verbo auxiliar. Embora adotada como uma das estratégias que permitem a representação das palavras no suporte pétreo, esta situação pode considerar-se excecional: de facto, num universo de trinta e sete casos, apenas cinco registam este fenómeno.

A este respeito, vejam-se os exemplos correspondentes às epígrafes (6), (13), (15), (24) e (33), em que os participios surgem representados em duas linhas contíguas (l. 1 e l. 2). Na epígrafe (6) (DEDICA/TA), a l. 1 inclui radical *dedic-* + vogal temática *-a-*, e a l. 2, morfema de participio *-t-* + morfema de género, número e caso *-a*. Na epígrafe (13) (FUN/DATA), a l. 1 inclui sílaba inicial do radical *fund-*, e a l. 2, letra final do radical *fund-* + vogal temática *-a-* + morfema de participio *-t-* + morfema de género, número e caso *-a*. Na epígrafe (15) (FABRI/C[a]T[a]), a l. 1 inclui duas sílabas iniciais do radical *fabric-*, e a l. 2, letra final do radical *fabric-* + morfema de participio *-t-*. Na epígrafe (24) (DE/DICATA), a l. 1 inclui sílaba inicial do radical *dedic-*, e a l. 2, sílaba final do radical *dedic-* + vogal temática *-a-* + morfema de participio *-t-* + morfema de género, número e caso *-a*. Na epígrafe (33) (DE/DICATA), a l. 1 inclui sílaba inicial do radical *dedic-*, e a l. 2, sílaba final do radical *dedic-* + vogal temática *-a-* + morfema de participio *-t-* + morfema de género, número e caso *-a*.

Com base na análise destes exemplos, parece que existem elementos que nos permitem dizer que o género epigráfico adota certas estratégias de redução scriptográfica que se baseiam em critérios linguísticos. Embora não seja possível confirmar-se esta hipótese em todos os casos, parece que, nalgumas epígrafes, a sub-representação de algumas letras respeita a forma de alguns morfemas básicos da língua latina, como os relativos à desinência nominal. Se assim é, podemos talvez pensar que, na construção dos enunciados linguísticos, o género epigráfico se mostra sensível à representação de fenómenos que também estão atestados na passagem do latim para o português.

Por outro lado, é necessário referir-se que a divisão scriptográfica do particípio passado se faz apenas no quadro do radical do verbo. Esta divisão pode ocorrer por meio da separação das sílabas que ocupam a posição inicial ou medial do radical ou por meio da separação da letra final da sílaba que ocupa a posição final do radical. Em contraponto, não há nenhum caso que reflita a divisão scriptográfica do particípio passado no quadro da desinência que corresponde à flexão nominal, elemento que permanece intacto. Nestas circunstâncias, a estratégia adotada para a representação destes fenómenos parece sugerir que o género epigráfico respeita a estrutura básica da palavra latina e apenas divide os elementos que podem ser dissociados sem prejuízo da interpretação linguística.

3.2. Estruturação sintática

Feita a caracterização das formas de representação scriptográfica, passamos agora ao segundo ponto da nossa análise. As fórmulas epigráficas patentes no *corpus* refletem a ocorrência de dois tipos de construção sintática diferentes, evidenciando, por um lado, adjacência, e, por outro, não adjacência entre os dois elementos constitutivos da construção verbal: falamos do verbo auxiliar (AUX) e do particípio passado do verbo principal (PPV). De forma a podermos retirar algumas conclusões acerca das implicações subjacentes à relação entre estrutura sintática e diacronia linguística, consideramos separadamente cada um dos casos aí atestados.

3.2.1. Adjacência

A respeito da estrutura de tipo adjacente, sublinhe-se que a construção que predomina é a que está marcada pela sequência PPV + AUX (ex.: *dedicata est/fuit*), atestada em vinte e oito fórmulas (1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 36, 37). A propósito das construções do tipo adjacente, registre-se que a sequência AUX + PPV (ex.: *est/fuit dedicata*) apenas se encontra atestada em duas fórmulas (2, 30). Já a respeito da estrutura de tipo não adjacente, muito residual por comparação com a que dela diverge, sublinhe-se que a construção utiliza sempre a sequência AUX + ... + PPV (ex.: *est/fuit ... dedicata*), atestada em duas fórmulas (7, 22). Nestas, os dois elementos constitutivos da construção verbal surgem intercalados pela presença de um sintagma nominal formado por um nome seguido de um demonstrativo com valor deítico (AUX + *ecclesia ista* + PPV). No caso das fórmulas (17), (29) e (35), não foi possível apurar-se o tipo de construção utilizado, uma vez que o verbo auxiliar não se encontra expresso epigraficamente.

A propósito da distribuição destes valores pelos dois tipos de construção já analisados, é importante dizer-se que os trinta exemplos de fórmulas com estrutura adjacente, quer sob o esquema PPV + AUX, quer sob o esquema AUX + PPV, utilizam não só o verbo auxiliar *est*, mas também o verbo auxiliar *fuit*, sendo a construção verbal variável em função da posição sintática que estes mesmos verbos auxiliares ocupam: no caso de *est*, a estrutura de tipo PPV + AUX está documentada em catorze casos (1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 15, 20, 24, 25, 32, 33), enquanto que, no caso de *fuit*, a estrutura de tipo PPV + AUX está documentada também em catorze casos (8, 10, 11, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 27, 28, 34, 36, 37). Já os dois exemplos de fórmulas com estrutura não adjacente utilizam o verbo auxiliar *fuit*, não se registrando nenhum caso com o verbo auxiliar *est*.

Focando a nossa atenção na relação entre os elementos frásicos, é importante referir-se que existem três tipos de construção na forma como o sujeito se articula com o predador verbal, denotando de igual forma uma estrutura em que é possível falar-se de adjacência ou não adjacência entre ambos: o primeiro é formado por predador com elementos constitutivos de tipo adjacente ($PRED_{EC1+EC2} = AUX + PPV$ ou $PPV + AUX$) seguido de sujeito (S) (ex.: *dedicata est/fuit ecclesia*); o segundo, por sujeito (S) seguido de predador com elementos constitutivos

de tipo adjacente ($PRED_{EC1+EC2} = AUX + PPV$ ou $PPV + AUX$) (ex.: *ecclesia dedicata est/fuit*); e o terceiro, por sujeito (S) intercalado por predicador com elementos constitutivos de tipo não adjacente ($PRED = EC_1 + \dots + EC_2$) (ex.: *est/fuit ecclesia dedicata*). O primeiro tipo de construção está representado em vinte e três inscrições (1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 36); o segundo, em sete (10, 12, 13, 24, 30, 35, 37); e o terceiro, em duas (7, 22). Há cinco fórmulas (2, 17, 26, 29 e 31) em que não foi possível apurar-se o tipo de construção utilizado, visto que o sujeito não se encontra expresso epigraficamente. Na prática, o *corpus* atesta uma preferência estatística pelo tipo de construção identificado com o esquema $PRED_{EC1+EC2} + S$, logo seguido do esquema $S + PRED_{EC1+EC2}$ e do esquema $PRED_{EC1} + S + PRED_{EC2}$. Como se compreenderá, este facto parece querer indicar que existe uma certa regularidade na forma como os enunciados são construídos e representados linguisticamente.

3.2.2. Regularidade

À luz dos dados expostos, estamos desde já em condições de afirmar que a predominância estatística da estrutura sintática em que se atesta adjacência entre os dois elementos constitutivos da construção verbal e esta adjacência se traduz na realização de uma sequência em que o particípio passado do verbo principal ocupa a primeira posição e o verbo auxiliar a segunda, parece indicar que o formulário epigráfico exprime certa regularidade e que esta situação está em consonância com a norma mais frequente na língua.

Sob este ponto de vista (GRANDGENT 1907: 30-59; VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 149-169; HERMAN [1967] 2000: 85-94; KIESLER 2006: 65-80), o *corpus* apresenta fórmulas que estão mais próximas da estrutura seguida no latim do que no português, facto que indicia um grau de conservadorismo na construção dos enunciados que também se deve compreender à luz do carácter solene do género textual em apreço. Como é do conhecimento geral, a diacronia acabou por privilegiar, no caso específico do português – e mais geralmente no das línguas românicas –, a sequência formada por verbo auxiliar na primeira posição e particípio passado do verbo principal na segunda, sugerindo preferência por um tipo de ordem contrastante com o que era habitual no caso específico do latim.

Em relação à forma como o sujeito se articula com o predicado da oração, podemos dizer que a estrutura mais comum é aquela que coloca o predicado na primeira posição e o sujeito na segunda, seguindo um esquema que, ao contrário do que apontámos há pouco, se distancia da norma mais frequente na língua. Em vez de privilegiar a colocação do verbo numa posição frásica final, o *corpus* adota uma solução que privilegia a colocação do verbo numa posição frásica inicial, enquanto o sujeito, um sintagma nominal constituído por um nome ou por um nome e um demonstrativo, é posicionado logo a seguir ao verbo. No fundo, o *corpus* exprime preferência por um esquema que mostra algumas diferenças na forma como os enunciados eram construídos, optando por um tipo de solução cuja articulação terá servido para destacar o tópico prioritário sob o ponto de vista da gestão informativa (*in genere*, DEVINE & STEPHENS 2019). Ao privilegiar a colocação do verbo na periferia esquerda da oração, o foco da informação está situado no predicado e não no argumento que é por ele selecionado, o que, sob os pontos de vista linguístico e epigráfico, indica que é mais importante sublinhar-se a ação (dedicar) do que o paciente da ação (a igreja).

Como é evidente, estas conclusões também não podem deixar de ser relacionadas com o facto de o género epigráfico se caracterizar pelo predomínio de fórmulas padronizadas, que revelam hábitos epigráficos que se repetem de inscrição para inscrição e que por isso funcionam como fatores que não só determinam as soluções linguísticas mas também condicionam a sua capacidade de variação. Na prática, o contexto pragmático analisado não exprime uma situação real de funcionamento da língua, porque se caracteriza pelo recurso a um conjunto de soluções cuja ocorrência, ainda que valorizada estatisticamente, depende sobretudo do facto de respeitar um esquema enunciativo que foi fixado numa certa época e que foi depois repetido, de forma mais ou menos sistemática, já na qualidade de fórmula.

3.3. Representação semântica

Feita a caracterização das formas de representação scriptográfica e estruturação sintática, passamos agora ao terceiro e último ponto da nossa análise. Tal como assinalámos no início deste trabalho, as construções verbais representadas no *corpus* determinam a forma como se

interpretam o tempo e o aspeto, categorias semânticas imprescindíveis para a interpretação dos enunciados epigráficos. Visto que estão representados com base numa categoria verbal muito concreta, estes enunciados têm uma ancoragem temporal e aspetual que importa considerar em detalhe, porque se reportam a factos que são localizáveis em função de coordenadas como o tempo e o espaço.

3.3.1. Tempo e aspeto

Sob o ponto de vista semântico, o pretérito perfeito passivo corresponde a um tipo de construção verbal que, em latim, revela algum hibridismo, uma vez que os dois elementos que a integram são portadores de valor temporal e aspetual contrastante. Este contraste é indicado pela coexistência de traços que apontam em sentidos divergentes: no caso do verbo auxiliar, o tempo presente, e, no caso do participípio, o tempo passado. L. DANCKAERT (2016; 2017) designa este fenómeno como *tense mismatch* (“inconsistência temporal”; sobre a utilização da expressão, cf. ALKIRE & ROSEN 2010: 174-175) e caracteriza-o como o catalizador do processo que terá despoletado um dos padrões de inovação que vão concorrer para a formação do paradigma da voz passiva na transição do latim para o romance, fazendo desaparecer a passiva sintética em benefício da passiva analítica e atribuindo também novos valores semânticos a velhas estruturas linguísticas (cf. LLOYD 1987: 159; GREEN 1996: 83-86; ADAMS 2013: 674).

De maneira a podermos analisar e explicar melhor esta questão, consideramos desde já o exemplo apresentado em (a):

(a) **Dedicata est haec ecclesia ab archiepiscopo.**

dedicar-V.3.SG.PP.IND.PAS [esta-DEM.NOM igreja-N.NOM]-S por-PRE arcebispo-N.ABL-AG.PAS

Esta igreja foi dedicada pelo arcebispo.

(b) **Dedicata fuit haec ecclesia ab archiepiscopo.**

dedicar-V.3.SG.PP.IND.PAS [esta-DEM.NOM igreja-N.NOM]-S por-PRE arcebispo-N.ABL-AG.PAS

Esta igreja foi dedicada pelo arcebispo.

(c) **Esta igreja foi dedicada pelo arcebispo.**

Quando, em (a), o particípio passado do verbo principal (*dedicata*) se articula com o verbo auxiliar (*est*), a construção verbal indica que certa igreja está numa condição que resulta do facto de ter sido objeto de uma situação com ancoragem temporal no passado. Por se tratar de um adjetivo verbal, o particípio passado do verbo principal apresenta traços de concordância com o respetivo nome (*ecclesia*), aqui sujeito do predicado da oração finita: há concordância ao nível do número (singular), do género (feminino) e do caso (nominativo) em que os dois elementos se encontram. O valor temporal da construção verbal não é aferido exclusivamente por um dos elementos, uma vez que estes trazem marcas de tempo contrastantes, mas sim pelos dois elementos em simultâneo, que se articulam com o objetivo de transmitir a noção de tempo passado.

Na diacronia da língua, a construção envolvendo articulação entre verbo auxiliar e particípio passado do verbo principal manteve-se, mas houve alterações relevantes na forma associada ao primeiro elemento: para a construção do pretérito perfeito passivo, a forma presente do verbo (*est*) entrou em obsolescência e passou a ser utilizada a forma passada do verbo (*fuit*), o que deu origem a construções verbais como a que se encontra em (b). Na prática, os exemplos apresentados em (a) e em (b) têm a mesma interpretação temporal – a que viria a ser transmitida ao português e que se encontra patente no exemplo (c) –, isto é, o predicado da oração finita pressupõe uma relação de anterioridade relativamente ao tempo da enunciação.

3.3.2. Inferência e indução

A mudança linguística operada nas construções de pretérito perfeito passivo parece envolver apenas um dos seus elementos constitutivos, que, neste caso, se identifica com o verbo auxiliar. O particípio passado do verbo principal, estrutura relevante na discussão sobre esta construção analítica, mantém o seu estatuto dual (EMBICK 2000: 185-186): por um lado, porque se define morfológicamente como uma forma do verbo que se comporta segundo um padrão nominal, e, por outro, porque se distribui sintaticamente em virtude da associação que é gerada com um verbo auxiliar.

Para explicarmos melhor em que nível ocorre este processo, recuperamos a síntese proposta por J. BYBEE (2015: 237-248) a respeito dos fatores internos e externos subjacentes à mudança linguística e tecemos algumas considerações sobre os tópicos que nos ajudam a explicar o seu funcionamento à luz de alguns pressupostos teóricos. Entre os mecanismos assinalados pela linguista, destacamos aquele que nos permite compreender o fator que pode ter despoletado a transformação ao nível das estruturas e dos processos linguísticos: falamos, como é evidente, da inferência semântica.

Tendo em conta os contextos em que as formas ou as construções ocorrem, este mecanismo explica que os locutores de uma certa língua tendem a fazer inferências em situações de uso concretas, visando esclarecer o significado de algumas palavras ou estruturas e preferindo formas transparentes em detrimento de formas opacas. Quando estas inferências são de alguma maneira repetidas, elas tornam-se também numa parte do significado que se considera estar inerente a essas mesmas palavras ou estruturas, despoletando assim um processo em que uma das formas em uso tende a eliminar a outra, desde que ambas sirvam o mesmo propósito.

Quanto ao pretérito perfeito passivo, a evidência epigráfica sugere que há duas formas concomitantes: no *corpus* analisado, as fórmulas *dedicata est* e *dedicata fuit* são utilizadas com a mesma função pragmática e têm a mesma representação semântica, o que indica que ambas ocupam a mesma posição linguística. Nestas circunstâncias, o dado que se deve ter em conta para efeitos de análise prende-se também com o facto de, em certo momento da história da língua, se ter registado uma mudança na marcação do tempo verbal que terá seguramente ocorrido ao longo de várias etapas.

4. Formulação da mudança linguística

Como não houve continuidade plena, em português, da construção com *est* com o valor que estava atestado em latim – referimo-nos ao passado passivo e não ao presente passivo, que, como é do conhecimento geral, se originou a partir daquela perífrase –, a competição das duas formas teve resultados ao nível da obsolescência daquela cuja marcação morfológica não coincidia com a propriedade semântica. Este processo foi despoletado porque não era possível

atestar-se uma clara diferença ao nível do significado entre as construções com *est* e com *fuit*, facto que acabou por acontecer quando os valores de cada uma se diferenciaram.

O que está subjacente a este processo é o facto de, em certo momento da história do latim, os locutores terem procurado resolver a ambiguidade decorrente da existência de duas construções verbais para uma só posição linguística. Para efeitos de análise, este fenómeno deve ser observado não apenas ao nível das formas mas sim das formas na construção, facto que também obriga a que a categoria verbal seja compreendida em função da articulação que se terá gerado entre os verbos auxiliares *est* (A) e *fuit* (B). De forma a podermos compreender melhor esta questão, formulamos em seguida um esquema explicativo:

A > A, B > B

A construção verbal é assinalada pela forma **A**. > A construção verbal é assinalada pelas formas **A** e **B**, que entram em competição. > A forma **A** obsolesce e a forma **B** sobrevive.

No respeitante ao passado passivo, este esquema serve para notar que as formas A e B terão entrado em competição para efeitos de marcação da categoria verbal porque desempenhavam a mesma função gramatical. Desta competição terá resultado a obsolescência de uma forma e a sobrevivência da outra, explicável com base na ideia de que, no domínio da representação linguística, duas formas não podem ocupar a mesma posição.

Se focarmos agora a nossa atenção na relação entre os dois tempos verbais que se originaram a partir do tempo latino – por um lado, o presente passivo (ex.: lt. *est dedicata* > pt. *é dedicada*), e, por outro, o passado passivo (ex.: lt. *fuit dedicata* > pt. *foi dedicada*) –, podemos dizer também que o processo deve ter levado à especialização do significado inerente às formas *est* (A) e *fuit* (B). À semelhança do que fizemos há pouco, formulamos em seguida um novo esquema explicativo:

A > A, B > A, B

A construção verbal é assinalada pela forma **A**. > A construção verbal é assinalada pelas formas **A** e **B**, que entram em competição. > As formas **A** e **B** sobrevivem, porque se diferenciam.

No respeitante ao presente passivo, este esquema serve para sublinhar que a forma A não chegou a desaparecer inteiramente, uma vez que acabou por ser mobilizada para a construção de um novo tempo verbal. Por seu turno, a forma B manteve a função original que desempenhava quando as duas formas terão entrado em competição, facto que explica a sua capacidade de se projetar como base para a construção do velho tempo verbal.

Com base nestas ideias, podemos então pensar que a mudança linguística não ocorreu num sentido único, caso contrário não teria sido possível a formação de dois tempos verbais a partir de uma só construção. O processo terá ocorrido em duas direções distintas, favorecendo, em cada caso, a solução que dava melhor resposta à necessidade de transparência linguística. Tal como referimos anteriormente, esta questão estava diretamente relacionada com a interpretação semântica dos enunciados linguísticos.

No fundo, certa posição linguística viu preenchidas as condições para que, a partir dela, se originassem duas formas possíveis de marcação do tempo e do aspeto pelo facto de existirem à partida dois elementos disponíveis, que podiam ser mobilizados para resolver o problema da ambiguidade decorrente da existência de duas categorias para um só fim. Para a marcação do passado passivo, tema que ocupou a nossa atenção ao longo da segunda parte desta dissertação, a mudança linguística deve ter conhecido pelo menos quatro etapas, que passamos a descrever em seguida:

- 1) *Est* posiciona-se de forma a preencher as condições de funcionamento como verbo auxiliar na construção de pretérito perfeito passivo porque tem significado mais geral e o conteúdo lexical é atribuído ao participio passado do verbo principal, que é ele próprio marcador de tempo passado (ex.: lt. *dedicata est*);
- 2) *Fuit* aparece para ocupar a mesma posição linguística porque demonstra, em termos morfológicos e semânticos, maior transparência por comparação com *est* no respeitante à marcação das noções de tempo e aspeto, indicando que o verbo auxiliar adquire maior carga lexical enquanto marcador de tempo passado (ex.: lt. *dedicata fuit*);

- 3) *Est* e *fuít* coexistem para efeitos de marcação da categoria verbal, denotando um processo de competição de estruturas linguísticas em que duas formas são projetadas para ocupar uma só posição, daqui resultando novas tensões na construção da categoria verbal (ex.: lt. *dedicata est* + lt. *dedicata fuít*);
- 4) O valor atribuído às duas construções diferencia-se, facto que assegura a sobrevivência de ambas, embora com propriedades diferentes: lt. *est dedicata* > pt. *é dedicada* passa a ser interpretada como a construção que indica o presente passivo, enquanto lt. *fuít dedicata* > pt. *foi dedicada* passa a ser interpretada como a construção que indica o pretérito perfeito passivo.

III – PERSPETIVAS CRUZADAS SOBRE O PRETÉRITO PERFEITO PASSIVO

Na terceira parte desta dissertação, vamos procurar refletir sobre algumas noções e conceitos que foram introduzidos, de forma ainda geral, quando discutimos em três níveis de análise os dados linguísticos que integram o *corpus* epigráfico. Para podermos tecer algumas considerações sobre a sua relevância como pressupostos necessários à compreensão dos fenómenos inerentes à mudança linguística, vamos começar por fazer algumas notas sobre a história do latim e do português, para depois verificar a realização de algumas ideias ligadas à diacronia de ambas as línguas, em particular no respeitante ao sistema verbal passivo. No final, vamos tentar discutir o processo de mudança linguística que ocorre no pretérito perfeito passivo, verificando em mais detalhe as propostas que têm sido feitas por alguns linguistas para explicar este tipo de construção perifrástica.

Tendo em conta os dados expostos, é já possível dizer-se que o *corpus* epigráfico analisado integra dados que sugerem a coexistência de traços diferentes, que os gramáticos da época clássica viam como uma norma linguística e que por isso não podem ser caracterizados em função de nenhuma espécie de estigma sociolinguístico. Uma vez que estes dados sugerem a existência de um *corpus* caracterizado por certo polimorfismo, é importante constatar-se o facto de este refletir também um certo grau de variação na forma como os enunciados são construídos e representados no seu contexto, ainda que esta noção deva ser discutida em função da ideia de padronização epigráfica. De forma a podermos explicar melhor esta situação, é necessário ter-se em conta uma série de questões que vão ajudar-nos a entender, ao nível da história da língua, por que razão isto ocorre.

Nos finais do século XI, época que coincide, na história da Península Ibérica, com a implementação da reforma levada a cabo pelo papa Gregório VII, que viria a ser sancionada localmente pelo concílio de Burgos, o latim era uma língua que já coexistia com o romance (WRIGHT 1982: 208-260; CLACKSON 2016; WRIGHT 2016). Como é do conhecimento geral, o mais antigo documento original que se conservou até aos nossos dias, produzido em território hoje português, está datado dos finais do século IX (TEYSSIER ([1980] 2001: 13-20; CASTRO ([2004] 2006: 73, 88-89; cf. ALBERTO, FURTADO & MARTINS 2011: 76-78). Do ponto de vista linguístico, o aspeto mais importante da reforma levada a cabo pelo pontífice romano, que foi em grande medida

motivada pela substituição da liturgia hispânica pela liturgia romana, foi a introdução do latim reformado.

Com a implementação da reforma, a adoção de uma forma mais clássica da língua tornou-se mais distante da que era utilizada pela comunidade em geral, que já não falava latim mas sim uma forma de romance. R. WRIGHT (1996) considera que a formação dos monges e clérigos devia ser feita à luz de alguns contrastes que punham em evidência as tensões que há muito se faziam sentir entre a língua que se falava em situações práticas e a que se aprendia por imperativos teóricos. Em oposição a esta tese, M T. BROCARD (2014: 90) apresenta uma série de argumentos que rebatem o problema relacionado com a possibilidade de separação concetual entre o latim e o romance. Na prática, é difícil saber-se até que ponto estes religiosos deviam estar cientes de que existia uma separação entre o latim e o romance responsável também por refletir os contrastes que desde sempre se tinham feito sentir entre os registos oral e escrito da língua (AUERBACH 1963; BANNIARD 1992).

Nesta perspetiva, uma das primeiras perguntas que devemos fazer, quando estudamos o *corpus* epigráfico e o problema linguístico que lhe está associado, prende-se com a necessidade de caracterizarmos a língua que os lapicidas terão conhecido e utilizado quando produziram os monumentos: por lapicidas entendemos todos aqueles que terão participado do processo de representação dos enunciados e sua gravação nos suportes que os fixaram e preservaram até nós. Embora não tenhamos forma de detalhar aqui esta questão, somos da opinião de que seria importante saber-se até que ponto terá existido, na representação metalinguística destes agentes, uma distinção entre o latim e o romance (JANSON 1996), uma vez que este tópico nos ajudaria a refletir sobre os motivos que terão levado à preferência pelo uso de fórmulas numa língua que já não era utilizada diariamente, apesar de o quadro linguístico poder ser caracterizado à partida como diglósico (POSNER 1996: 335-337; CAZAL 1998; ADAMS 2003; KABATEK 2016).

Em contraponto, podemos dizer que o *corpus* epigráfico é composto por um conjunto de monumentos que mostram textos globalmente “corretos” na maneira como os representam, pese embora o facto de ser sempre possível discutir-se a pertinência do conceito de “correção” quando se trata de uma época em que o latim escrito configura já uma situação de “persistência cultural” (cf. explanação do conceito em MEILLET [1928] 2004: 279-284). Para já, é importante

sublinhar-se que a ideia de “correção” deve ser relacionada com outro fator não menos relevante para a caracterização do género textual em apreço: falamos do facto de as epígrafes refletirem uma situação em que alguns formulários são sistematicamente utilizados ou reproduzidos, sem alterações relevantes, sempre que era necessário produzir novos monumentos. No fundo, o *corpus* não nos permite retirar conclusões cabais quanto à questão que ocupou o centro da nossa atenção por duas ordens de razões: por um lado, porque não corresponde às mais antigas atestações do processo de transição de estruturas linguísticas que estudámos anteriormente, e, por outro, porque configura uma situação que está muito perto daquilo que poderíamos entender por “fossilização linguística”, situação agravada pelo facto de, na diacronia considerada, o latim coexistir com o português no tempo e no espaço (VÄÄNÄNEN [1963] 2012: 20-26).

Não obstante este facto, se tivermos em conta que o *corpus* epigráfico reflete a utilização de um tempo verbal específico, não deixa de ser importante sublinhar-se que a sua caracterização nos ajuda a entender a proposta de formulação do processo de mudança linguística que discutimos previamente, sobretudo quando sintetizámos este processo sob a forma de dois esquemas relacionados com a evolução do pretérito perfeito passivo e do presente passivo. De forma a podermos explicar melhor este ponto, é necessário termos em conta que, em latim, o pretérito perfeito recebeu a sua designação do facto de exprimir uma situação perspectivada como concluída. Na construção deste paradigma verbal, interligam-se valores aspetuais (perfetivos) e temporais de anterioridade (pretérito-mais-que-perfeito) e posterioridade (futuro perfeito) – na prática, os tempos que identificámos marcam relações diferentes associadas a um mesmo tipo de valor aspetual (ERNOUT [1914] 2014: 172-173, 202-204).

Para podermos aprofundar este tópico, devemos focar a nossa análise na diferença subjacente entre os valores de perfeito presente e perfeito histórico, problema, aliás, que identificámos logo no início desta dissertação e que foi amplamente debatido por alguns linguistas (GILDERSLEEVE & LODGE [1895] 2005: 159-160; ERNOUT [1914] 2014: 106; PALMER [1954] 2001: 166-167). Em latim, estes valores distinguiam-se entre si por duas ordens de razões: por um lado, porque o perfeito presente admitia que a situação estava ancorada no passado mas os seus efeitos se prolongavam até ao presente; por outro, porque o perfeito histórico admitia que o início e o término da situação estavam ambos ancorados no passado (cf. também MOORE [1934]

2003: 77-78: MOUNTFORD [1984] 2001: 118). Desta dicotomia de valores resulta a conclusão de que o pretérito perfeito servia para exprimir noções ligadas ao aspeto verbal: no primeiro caso, porque o tempo verbal encerrava um valor resultativo, ou seja, exprimia o resultado no presente de algo que aconteceu no passado; no segundo, porque encerrava um valor pontual, ou seja, exprimia uma situação que se iniciou e terminou no passado sem que daí adviesse qualquer consequência para o presente.

Como seria de se esperar, esta questão está descrita com detalhe nalgumas gramáticas do latim também porque nos ajuda a compreender o funcionamento da categoria verbal identificada com o pretérito perfeito passivo. Ao considerar o estudo das construções perifrásticas, por exemplo, B. L. GILDERSLEEVE & G. LODGE ([1895] 2005: 165-166) assinalam que o pretérito perfeito passivo podia ser construído com base em duas soluções variáveis de acordo com o tempo que era selecionado para a flexão do verbo auxiliar, sendo, neste caso, admitidos os tempos presente e passado: *sum* seria a forma preferida para construir o perfeito presente e *fui* a forma preferida para construir o perfeito histórico. Para explicar esta possibilidade de variação, os linguistas reiteram a ideia de que a forma *fui* era utilizada em duas situações diferentes: por um lado, quando o particípio era usado como um adjetivo, e, por outro, quando o perfeito denotava que a situação estava acabada ou ultrapassada. No primeiro caso, a utilização da forma verbal era considerada uma condição preferencial, enquanto, no segundo, uma condição necessária para o funcionamento da categoria gramatical.

Por sua vez, AL. ERNOUT ([1914] 2014: 213) chama a atenção para o facto de que, ao contrário do que acontecia no *infectum* e no *perfectum* da voz ativa, a voz passiva tinha um *infectum* simples e um *perfectum* composto por um particípio passado e um verbo auxiliar, cuja associação deu origem às formas perifrásticas que sobreviveram no romance. O linguista analisa esta questão considerando que o pretérito perfeito passivo se formou a partir de um particípio ou adjetivo verbal em **-to*, indicando que o sujeito tinha a qualidade expressa pelo verbo (ERNOUT [1914] 2014: 173-174, 204-209), acompanhado pelos diferentes tempos e modos do verbo *sum*. Uma vez que o tempo verbal admitia dois tipos de leitura temporal e aspetual, o latim parece ter refletido, desde muito cedo, as tensões subjacentes à oposição entre o *infectum* do verbo auxiliar *sum* e o *perfectum* do mesmo verbo auxiliar, passando a primeira forma a marcar a ideia de

resultado adquirido e a segunda a ideia de situação acabada. Uma vez estabelecida esta oposição, o tempo sintético acabou por ser progressivamente eliminado em benefício de uma construção analítica que continuava a socorrer-se do mesmo verbo auxiliar, embora estabelecendo já uma clara diferença entre as formas passivas dos tempos presente e passado.

Já E. C. WOODCOCK ([1959] 2002: 79-80) reforça o facto de que o particípio passado denotava de início um estado e sublinha que este objeto passou a ser identificado com a forma passiva do pretérito perfeito em ambos os sentidos de que se revestia na língua: por um lado, o perfeito presente, e, por outro, o perfeito histórico. Para a construção dos tempos analíticos da voz passiva, o linguista refere que as únicas formas do verbo *sum* que eram regularmente admitidas como verbos auxiliares, em associação com o particípio passado, eram *sum*, *eram* e *ero*. Com as restantes formas que eram usadas na construção daquela voz verbal, como *fui*, *fuera* e *fuero*, o particípio funcionava antes como um adjetivo que indicava um estado, embora pudesse ser também pontualmente utilizado em situações que serviam para exprimir a prioridade em relação ao tempo da situação indicado por outro verbo no infinitivo perfeito, no pretérito mais-que-perfeito ou no futuro perfeito.

Por sua vez, V. VÄÄNÄNEN ([1963] 2012: 129-130) foca a questão relacionada com a diferença entre a passiva impessoal e pessoal e estabelece o conjunto dos critérios que permitem distinguir estas formas em função de dois aspetos: 1) o facto de a passiva impessoal dos verbos transitivos ou intransitivos se exprimir geralmente na terceira pessoa do singular; 2) o facto de a passiva pessoal ser utilizada apenas com os verbos transitivos. Como este tipo de formas era menos comum no latim falado, o sistema da voz passiva terá passado por um processo que o linguista designa por *déplacement de temps* (“deslocamento de tempo”), que teve como resultado a eliminação das formas sintéticas desta voz verbal. De facto, as formas com verbo auxiliar *est* podiam exprimir não só o facto passado mas também o resultado adquirido. No segundo caso, o verbo auxiliar prolongava a situação até ao presente e o particípio tinha um valor atributivo, funcionando como uma espécie de adjetivo. Como as formas com verbo auxiliar *fuit* passaram a ser usadas com função análoga, a consequência que daí adveio foi o desaparecimento de alguns valores associados à marcação de um tempo que indicava um resultado adquirido na sequência de uma situação passada.

Já J. HERMAN ([1967] 2000: 76-77) refere o facto de o latim vulgar ter assistido ao surgimento de um novo tipo de verbos passivos nos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito dos modos indicativo e conjuntivo, em que o tempo passa a ser especificado pelo verbo auxiliar. O início da mudança nos verbos passivos aconteceu quando a construção com o verbo auxiliar no passado foi utilizada para assinalar o sentido passado, ocorrendo a partir de então como o catalizador que fez com que a forma com verbo auxiliar no presente se promovesse a si própria para assinalar o sentido presente. Como se compreenderá, daqui resultaram duas consequências importantes para a história da língua: por um lado, o desaparecimento da forma sintética de presente passivo, e, por outro, o desenvolvimento da forma analítica de pretérito perfeito passivo, já com uma nova leitura. Neste processo, as construções em uso devem ter entrado em conflito com outros tipos de verbos, como os depoentes, que tinham a particularidade de ser ativos no sentido mas passivos na forma, gerando desta forma ambiguidades que acabaram por ser resolvidas com base noutras estratégias linguísticas.

Por sua vez, T. ALKIRE & C. ROSEN (2010: 174-175) analisam os fenómenos que subjazem à evolução da voz passiva chamando a atenção para o facto de esta se ter operado por meio de uma *drastic revision* (“revisão drástica”) na transição do latim para o romance. Embora este conceito possa ser discutido com mais detalhe, uma vez que o processo de mudança linguística não ocorreu de forma súbita, os linguistas sublinham que as formas sintéticas do *infectum* desapareceram em benefício das formas analíticas do *perfectum*. Esta viragem é descrita como o resultado de um fenómeno identificado pelo termo *mismatch* (“inconsistência”), que explica o facto de se registar, em latim, uma divergência entre o tempo do verbo auxiliar, que se identificava com o presente, e o tempo da construção verbal como um todo, que se identificava com o passado. Na diacronia da língua, esta inconsistência é resolvida quando o tempo da construção verbal se equipara ao tempo do verbo auxiliar, facto que acaba por criar a necessidade de todo o *perfectum* passivo encontrar uma nova forma de realização morfológica. Este vazio é preenchido quando o verbo auxiliar se adiciona a uma nova forma de construção perifrástica, que vai conhecer vários tipos de realização no romance. Neste caso, a vantagem das construções perifrásticas residia no facto de ter o potencial de gerar vários tempos e modos por meio da flexão de um único elemento, ou seja, o verbo auxiliar.

Já J. CLACKSON & G. HORROCKS (2011: 279-280) sublinham o facto de se ter registado uma mudança no sistema da voz passiva na passagem do latim clássico para o latim tardio, relacionada com a alternância entre as formas sintéticas e as formas analíticas do verbo. O surgimento do romance ter-se-ia caracterizado não só pela generalização deste último tipo de formas, mas também pelo aparecimento daquilo que os linguistas designam por *apparent shift* (“viragem aparente”) na referência temporal, por comparação com a forma anterior de pretérito perfeito. Esta viragem poderia ser explicada com base no facto de que as construções com *fuit* sempre teriam existido em conjunto com as construções com *est*, daqui resultando a ocorrência de uma *natural slippage* (“derrapagem natural”) entre a referência à situação e o resultado da situação, e, para além disso, a adoção de apenas uma das formas como marcador de passado passivo. Em última instância, este processo teria acarretado três outros tipos de consequência na diacronia da língua: a reinterpretação analógica do passado passivo, a erradicação da forma sintética do presente passivo e o desaparecimento de uma categoria separada de verbos depoentes.

Por fim, J. ADAMS (2013: 719-721) faz uma análise deste problema linguístico pondo a tónica na ideia de que existiam, em latim, três construções perifrásticas que estabeleciam a associação entre um verbo auxiliar e um participio passado: *esse* + PPV, *uenio* + PPV e *fio* + PPV. A respeito da primeira, o linguista chama a atenção para o carácter ambíguo da forma, cuja interpretação podia referir-se não só a um estado presente mas também a uma situação passada, facto que deve ter despoletado o processo que levou ao reajustamento de todo o sistema passivo na transição do latim para o romance. As formas perifrásticas passivas, incluindo o pretérito perfeito construído com base no verbo auxiliar *fui*, sobreviveram no romance mas com valores diferentes dos que estavam atestados em latim: nesta língua admitia-se a possibilidade de as formas analíticas poderem ser substituídas pelas sintéticas, conservando embora algumas ambiguidades que nunca chegaram a ser suficientemente estudadas até hoje. No fundo, a hipótese considera que, em certos casos, a construção passiva servia para denotar uma situação passada cujos efeitos se sentiam ao nível do estado presente, podendo, por este motivo, sustentar a preferência por uma forma analítica que, ao contrário da sintética, tinha a vantagem de marcar morfologicamente este duplo valor temporal e aspetual.

Para além destes trabalhos gerais, cujo contributo para a caracterização do pretérito perfeito passivo é inegável, convém também sublinhar que dispomos ainda de alguns artigos que focam especificamente este tempo e voz verbais, na sua relação com outros tópicos linguísticos de enfoque sobretudo sintático e semântico. Entre estes, destacamos os que foram assinados por M. LEUMANN (1921), R. HOFFMAN (1997), G. HAVERLING (2008, 2010), W. de MELO (2012), Ph. BURTON (2016) e L. DANCKAERT (2016, 2017), uma vez que do seu cruzamento têm resultado, ao longo dos últimos anos, novas propostas sobre o funcionamento da voz verbal, várias das quais recuperando os pressupostos formulados pelos linguistas que os precederam, já atualizados à luz de novas reflexões. No seu conjunto, estas propostas têm permitido estabelecer a relação entre os tempos próprios do latim e os tempos próprios do romance, ajudando-nos não só a repensar o funcionamento do pretérito perfeito passivo na perspetiva da linguística da transição (cf. VARVARO 1996; VINCENT 2016) mas também a verificar até que ponto as conclusões avançadas a respeito do latim se podem adaptar também às línguas que dele derivaram.

Um dos primeiros linguistas a estudar a dicotomia gerada pela coexistência de duas formas possíveis de marcação do pretérito perfeito passivo, em latim, foi M. LEUMANN (1921). Neste trabalho foram identificadas algumas construções com base no *infectum* e no *perfectum* do verbo auxiliar, a partir da análise de textos antigos e medievais, e estabelecidas as correlações que servem para caracterizar a sua ocorrência no quadro de alguns tipos de orações, entre as quais se destacam as subordinantes e as subordinadas completivas, interrogativas, relativas e condicionais. De maneira geral, as reflexões foram desenvolvidas a partir da análise de um conjunto de exemplos em que se atesta a utilização das formas *fui*, *fuera*, *fuero* e *fuisse* e se perspetiva por que razão, em certas situações, estas são utilizadas em prejuízo de formas mais frequentes como *sum*, *eram*, *ero* e *esse*. Para este efeito, foram não só feitas algumas comparações entre o latim e o grego mas também estudada a ocorrência de alguns tempos verbais no contexto específico da sintaxe oracional.

R. HOFFMAN (1997) foi o linguista que, nos últimos anos, contribuiu para a revisão deste problema numa obra em que analisa a fundo a questão relativa ao sistema da voz passiva. Para além de fazer uma revisão da bibliografia publicada até à data, este linguista estudou o problema que temos vindo a caracterizar à luz de dois aspetos principais: por um lado, a realização das

formas que utilizavam os verbos auxiliares *sum* e *fui*, e, por outro, a gramaticalização desta construção em textos literários da época clássica. Partindo da consideração destes exemplos, a sua análise permitiu descrever o latim como um protótipo de língua que se caracterizava por um certo grau de flexibilidade na maneira como construía as formas verbais perifrásticas. Uma vez que a extensão das frases com o verbo auxiliar *esse* era muitas vezes obscurecida pela possibilidade de adjetivação do particípio passado, o linguista procurou lançar as bases para o debate sobre a diferença que existia entre frases funcionais do tipo PPV + *sum* e PPV + *fui*, por um lado, e conexões de cópula com particípio com valor adjetivo, por outro. Para enquadrar este problema, fez comparações frequentes com a teoria da valência do verbo proposta por L. Tesnière e procurou defender o princípio da estruturação hierarquizada dos elementos da frase, segundo a ideia de que o verbo funciona como o centro em torno do qual gravitam todos os outros satélites sintáticos.

G. HAVERLING (2008, 2010) propôs uma análise mais focada na questão relativa ao aspeto do que ao tempo da construção verbal, destacando o princípio da acionalidade (*Aktionsart*) como um dos critérios que permitem compreendê-la em toda a sua extensão. Ao recuperar um conceito que serve para explicar as propriedades de uma grande parte dos predicadores verbais, o linguista admitiu que a construção verbal deve ser analisada com base no ponto de vista a partir do qual uma certa situação é percebida ou entendida. Uma vez que a noção de acionalidade está relacionada com a estrutura inerente a uma dada situação, tal como se encontra determinada pelo predador ou pelo contexto que a ela se referem, a categoria tempo serve para descrever uma certa situação relativamente ao momento da enunciação ou a outro qualquer ponto de orientação. Neste sentido, a compreensão da categoria deve cruzar três noções necessárias à sua interpretação: o tempo, o aspeto e a acionalidade. Como é evidente, estas noções estão relacionadas com as classes aspetuais de eventos, que admitem a ocorrência de pelo menos três formas básicas de classificação: o processo preparatório, o ponto de culminação e o estado resultante.

W. de MELO (2012) cruzou estas ideias com a lei da analogia formulada por Kuryłowicz, que admite o princípio de que marcadores bipartidos podem substituir morfemas isofuncionais que consistem em apenas um elemento, como os radicais do *infectum* que formam as formas

sintéticas da voz passiva. Em contraponto, os radicais do *perfectum* constroem as formas analíticas da voz passiva por meio da combinação do particípio em **-to* e da cópula, esta marcada no *infectum* porque o particípio indica a noção de anterioridade. Por se tratar de uma construção que articula um verbo auxiliar e uma cópula, a construção deste último tipo de categorias verbais parece marcar duplamente esta noção: na opinião do linguista, este é um dos fatores que nos ajuda a explicar a diferença funcional que deve ter existido entre as construções perifrásticas da voz passiva cuja construção era gerada a partir dos verbos auxiliares *sum* ou *fui*, dando origem a conclusões que são extensíveis aos tempos construídos com base na oposição entre *eram* e *fuera* ou entre *ero* e *fuero*. Nestes casos, o critério da transparência acabou por levar à preferência de uma forma em prejuízo da outra, funcionando, desta maneira, como uma espécie de catalizador do processo que o linguista designa por *chain shift* (“viragem em cadeia”), o qual acabou por afetar diretamente a formação do pretérito perfeito passivo na transição do latim para o romance.

Ph. BURTON (2016) fez uma análise em que estabeleceu a comparação entre as formas analíticas da voz passiva e a classe própria de verbos depoentes, partindo da consideração de exemplos literários das épocas clássica e tardia. O seu trabalho teve o mérito de fazer a revisão da bibliografia publicada até à data e concluir que os estudiosos que trabalharam este assunto não são unânimes em estabelecer relações de precedência entre algumas formas características do romance e outras características do latim. Para chegar a esta conclusão, verificou que os autores latinos já utilizavam com frequência formas associadas ao verbo auxiliar *fuit* (*fu-type*) em concomitância com outras associadas ao verbo auxiliar *est* (*es-type*), ainda que nem sempre tenha sido possível estabelecer-se uma cronologia capaz de datar as mudanças envolvidas neste processo. Para além disso, notou que esta discrepância pode estar associada não apenas aos valores que o particípio passado encerrava mas também às propriedades que o verbo principal detinha: no primeiro caso, pelo facto de o objeto morfológico poder utilizar-se com valor participial ou adjetival, e, no segundo, por poder referir-se a situações com certo grau de telicidade.

L. DANCKAERT (2016, 2017), um dos linguistas que mais têm refletido sobre as alterações que se operaram nesta categoria verbal, caracterizou o processo de formação do tempo

recuperando o conceito de *mismatch* sobre o qual já falámos anteriormente e estabelecendo o contraponto entre as construções que evidenciam *tense mismatch* (caso das *E-periphrases*, com AUX *est*) e as que não evidenciam *tense mismatch* (caso das *F-periphrases*, com AUX *fuit*), ou seja, entre as formas em que o tempo indicado pelo verbo auxiliar está ou não está em consonância com o tempo indicado pelo participio, respetivamente. Nos seus trabalhos, o *tense mismatch* é apresentado como um dos conceitos que ajudam a explicar a formação do tempo verbal e permitem discutir o aparecimento do que se considera ser um padrão de inovação linguística na transição do latim para o romance. Este fenómeno tem levado à comparação entre os dois tipos de estruturas subjacentes à construção verbal na língua de partida e na língua de chegada: as estruturas “velhas”, identificadas com as *E-periphrases*, e as estruturas “novas”, identificadas com as *F-periphrases*.

De forma geral, estas construções têm sido designadas *synonymous structures* (“estruturas sinónimas”) pelo facto de desempenharem, na sua origem, a mesma função gramatical, ainda que com base em soluções reveladoras daquilo que se considera ser um certo grau de “inconsistência” linguística, conceito que está na base da própria ideia de *mismatch*. Quanto a esta questão, há um certo consenso entre os linguistas acerca da hipótese que preconiza que o desaparecimento da passiva sintética terá acontecido já depois da mudança das *E-periphrases* para as *F-periphrases*, e, em certa medida, até como consequência deste último tipo de inovação linguística. No fundo, a ideia globalmente aceite considera que, uma vez formadas as *F-periphrases*, o paradigma passivo terá sido reanalisado analogicamente (cf. o caso das perífrases verbais em RAMAT 1987: 141-164) a ponto de favorecer a criação de formas que não revelavam *tense mismatch* e que eram preferidas também por satisfazerem o critério da transparência linguística.

Com base nesta proposta, é plausível a hipótese que estabelece a correlação entre as velhas *E-periphrases* e o novo presente passivo, por um lado, e as velhas *F-periphrases* e o novo pretérito perfeito passivo, por outro: no fundo, tal como já assinalaram vários outros estudiosos, assim que as segundas se projetaram como construção que exprimia o aspeto perfetivo, as primeiras ter-se-ão mantido para exprimir o aspeto imperfetivo. Na prática, a hipótese apresentada para explicar a formação do novo tempo verbal, na transição do latim para o

romance, considera que as *F-periphrases* só se tornaram no padrão para a formação do paradigma de pretérito perfeito passivo porque, para efeitos de representação linguística, materializavam a ideia do *no tense mismatch*: no fundo, aquilo que esta hipótese propõe é a resolução do problema relativo à “inconsistência” que se gera por meio da associação entre um verbo auxiliar presente e um particípio passado. À semelhança do que vimos há pouco, esta ideia estava diretamente relacionada com o critério da transparência e materializava a preferência pela utilização de uma construção em que a forma do verbo refletia de maneira mais clara o significado inerente a esse mesmo verbo.

Em contraponto à opinião globalmente aceite, este linguista sugere que a forma analítica do pretérito perfeito passivo, em latim, não deve ser considerada ancestral da forma analítica do presente passivo, em romance. A evidência que sustenta esta hipótese encontra-se na ordem das palavras: o pressuposto admite que, quando a estrutura de tipo AUX + PPV subjacente ao presente passivo se forma, a estrutura remanescente do pretérito perfeito passivo, identificada com as *E-periphrases*, já se encontra obsoleta. Neste sentido, o processo de mudança linguística ter-se-ia operado por meio de um conjunto de cinco etapas, que terão garantido a formação do tempo verbal não a partir de uma forma latina mas sim de uma forma já romance: 1) As *E-* e *F-periphrases* coexistem com diferenciação funcional, daqui resultando uma competição entre os dois padrões utilizados na construção do pretérito perfeito passivo; 2) O particípio passado é incorporado no verbo auxiliar das *E-periphrases*, daqui resultando a fossilização da ordem VAux; 3) As *E-periphrases* entram em declínio e são substituídas pelas *F-periphrases*, garantindo a estabilização da forma sintética do *infectum* passivo e a forma analítica do *perfectum* passivo; 4) A forma sintética do *infectum* passivo entra em declínio; 5) Ocorre uma inovação linguística por meio da combinação AUX + PPV, nesta ordem, por analogia com a forma analítica do *perfectum* passivo.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, procurámos analisar o desenvolvimento da categoria verbal identificada com a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito no modo indicativo da voz passiva na transição do latim para o romance, à luz dos pressupostos teóricos que definem o campo de ação da Linguística Histórica. Para este efeito, definimos uma metodologia de trabalho que procurasse respeitar critérios de cientificidade e com a qual fosse igualmente possível discutir-se a evolução deste tempo verbal à luz de um contexto pragmático específico.

A análise do problema linguístico partiu da consideração de um *corpus* formado por textos epigráficos que foram produzidos com o objetivo de assinalar a ocorrência de ações ligadas à construção ou à sagração de igrejas no território de Entre-Minho-e-Guadiana nos séculos IX a XIV. De forma geral, esta análise permitiu lançar o debate sobre um conjunto de tópicos que nos ajudaram a explicar os motivos subjacentes à ocorrência de duas formas de marcação possíveis daquela categoria verbal em latim: uma, com base na construção de tipo PPV + AUX *est* (*es-types* [BURTON 2016] ou *E-periphrases* [DANCKAERT 2016, 2017]), e outra, com base na construção de tipo PPV + AUX *fuit* (*fu-types* [BURTON 2016] ou *F-periphrases* [DANCKAERT 2016, 2017]).

Cruzando as noções de tempo e aspeto, verificámos que a coexistência destas duas construções deve ter despoletado algumas ambiguidades ao nível da interpretação dos enunciados linguísticos que só terão sido resolvidas quando foram atribuídos novos valores às velhas construções: uma vez que a construção de tipo PPV + AUX *est* podia exprimir não só uma situação concluída mas também um estado adquirido, a ocorrência da construção de tipo PPV + AUX *fuit* pode ser vista já como um resultado do processo de reanálise semântica da categoria verbal, segundo o princípio, enquadrável no critério da transparência linguística, de que a forma do verbo deve refletir o significado inerente a esse mesmo verbo.

Para explicarmos a ocorrência destas duas formas, formulámos uma hipótese teórica com a qual procurámos não só discutir o conceito de inferência semântica mas também analisar a relação que, em latim, era gerada pela coexistência de duas construções verbais numa única posição linguística. Este problema foi discutido em função do conceito de competição estrutural, daqui resultando a conclusão de que, na passagem do latim para o português, deve ter ocorrido

um processo de mudança em várias etapas, responsáveis por garantir a formação de dois tempos verbais identificados especificamente com as formas analíticas do presente passivo e do pretérito perfeito passivo.

Para enquadrarmos esta hipótese, procurámos formular o processo de mudança linguística que deve ter sido operado a respeito da construção do tempo verbal identificado com o pretérito perfeito passivo. Verificámos que este processo deve ter conhecido pelo menos quatro etapas, responsáveis por garantir a operacionalidade da construção no momento em que decorria uma transição de estruturas: 1) utilização da construção PPV + AUX *est* para a marcação do PPP; 2) introdução da construção PPV + AUX *fuit* para a marcação do PPP; 3) competição entre as construções evidenciadas em 1) e 2); 4) diferenciação dos valores atribuídos às construções evidenciadas em 1) e 2), garantindo a sobrevivência de ambas como marcadores de tempos diferentes.

Com base na leitura de alguns estudos linguísticos, apurámos que a compreensão da evolução do tempo verbal, por vezes designada como “viragem” (*shift*) ou “viragem em cadeia” (*chain shift*), deve ter em linha de conta as noções de tempo, aspeto e acionalidade, necessárias à validação dos parâmetros semânticos e sintáticos que estão subjacentes à própria construção. Verificámos também que estas noções só podem ser compreendidas se foram relacionadas com a questão da “inconsistência temporal” (*tense mismatch*), conceito que é gerado devido à coexistência de traços linguisticamente divergentes na forma como se opera a associação entre o verbo auxiliar e o particípio passado. Por fim, apurámos ainda que a evolução do tempo verbal reflete um processo de reanálise de alguns conceitos que se prendem com as noções de sinteticidade e analiticidade verbais, das quais depende não só a reorganização do sistema passivo mas também a própria ideia de inovação linguística.

Anexo n.º 1 – Leitura das inscrições latinas integradas no *corpus* epigráfico⁹

1) [882]

Igreja de S. João dos Azinhais, Vale de Arranas (Torrão, Alcácer do Sal, Setúbal)

Calcário de S. Brissos; 71 x 36 x 37,5 cm

EMP 2

+ HUNC DENIQUE EDIFICIUm S(an)C(t)ORum / N(omi)NE CEPTUM : IUSTI ET
PASTORIS / MARTIRuM QUORum CONSTat ESSE SACR[a] / TUM
CONSUMMATUm EST (h)OC OPUS ERA . DCC[CC] / XX

2) 1021, outubro, 4

Capela de Santiago da Serra (Ferreira, Paços de Ferreira, Porto)

Granito; 60 x 39,5 cm

EMP 19

+ ERA / 2 VIII^a [post M^a] / IIII N(ona)S O[ctober **fui**] / T **CO(ns)A[crata]**

3) 1030

Capela de S. Cipriano, Monte de Antelas (Moreira de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo)

Granito; 61,5 x 33 x 26-28 cm

EMP 21

⁹ A transcrição reproduz a leitura proposta por EMP = BARROCA 2000 (CEP = BARROCA 2017). Mantiveram-se os critérios de leitura adotados por este investigador, mas simplificaram-se os dados relativos à identificação da proveniência e à caracterização do suporte. Optou-se também por assinalar a negrito, em cada epígrafe, a construção verbal identificada com a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito no modo indicativo da voz passiva.

+ **P(er)FECTUM** / **AST** TEMPLU[m] / AB DIDAGU C(on)F(rater) / IN ERA M 2 X
VIII

4) **1035, março, 19**

Igreja do mosteiro de S. Salvador de Vairão (Vairão, Vila do Conde, Porto)

Granito; (1) 63, (2) 28,5, (3) 52,5, (4) 42, (5) 48 (total: 286) x 32,5 cm

EMP 23

IN NominE DomiNI **PERFECTUM EST** TENPLUN [Sic] HANC PER MANIS PALLA
D(e)OVOTA / SUB DIE XIII Kalendas APrilis Era : 2XXIII REGNANTE
SERENISSIMO VEREMU(n)DU RE(x)

5) **[1123-1131]**

Igreja paroquial de S. Martinho de Manhente (Manhente, Barcelos, Braga)

Granito; (?)

EMP 60

[per]FECTA EST EC(c)L(es)IA / ISTA AB ADEFONSO [--] / IN ERA T C 2 XI

6) **1128**

Igreja paroquial de S. João Batista de Coucieiro (Coucieiro, Vila Verde, Braga)

Granito; 104 x 39 cm

EMP 63

[in er]A MC2XVI **DEDICA** / **TA EST** EC(c)LesiA ISTA AB AR / CHIEPiscopO
PELAGIO BRACA / RENSIS ABBAS ARGEMON[dus]

7) **1128, julho, 1**

Igreja de S. Maria da Alcáçova (Montemor-o-Velho, Montemor-o-Velho, Coimbra)

Calcário; (?)

EMP 64

+ IN KALENDIS : IU[līi] / **FUIT** . ECCLESIA . IS[ta] / **DEDICATA** : AB EPISCOPO /
DOMNO : BERNARDO : P(er) DOMNU[m] : / SESNANDUm P(resbite)R (?) :
SUB / Era : M : C : 2X : VI : AD / NUA : MAGISTRUm PETRUm : +

8) **1135**

Igreja do mosteiro de S. Romão de Neiva (S. Romão de Neiva, Viana do Castelo, Viana do Castelo)

Granito (?); (?)

EMP 69

Era MCLXXIII **Incaepa Fuit** Hanc Opera

9) **1136, abril 16**

Igreja do mosteiro de S. Martinho de Crasto (S. Martinho de Crasto, Ponte da Barca, Viana do Castelo)

Granito (?); (?)

EMP 70

“Era MCLXXIII, XVI Kalendas Maii **Caepa Est** Opera Ista”

10) **1138**

Capela de S. Luzia de Campos (Campos, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo)

Granito; (1) 75 x (1) 38 cm

EMP 74

ISTE **FUNDATUS Fuit** ERA M / C^a 2XX^a VI^a REG<NANTE> REX ALFOnS(us)

11) **1141, maio, 14 (?)**

Igreja de S. Martinho de Caramos (Caramos, Felgueiras, Porto)

(?); (?)

EMP 79

“II . Idus . Maii . Era . MCLXXVIII . / **Dedicata . Fuit** . Ecclesia . Post . obitu /
Goncalvi . Menendi .”

12) **1144, junho**

Capela de N. S. do Desterro (Montemor-o-Velho, Montemor-o-Velho, Coimbra)

(?); (?)

EMP 82

“Anno Incarnationis XPI / M^o : C : XL : IIII : Hec Ec(c)lesia / **Restaurata Est** in
Hono / rem S(an)cti Andree Apostoli : / A Pe / tro P(res)b(ite)ro Roderigui.. /
M(ense) : Iunio”

13) **1154**

Igreja de S. Maria da Alcáçova (Santarém, Santarém, Santarém)

Calcário; (?)

EMP 98

ANNO AB INCARNACIONE : DomiNI / . M . C . L . IIII . et AB URBE ISTA CAPTA
. VII . REG / NANTE DOMNO ALFONSO . REGE . COMITIS HEn / RICI FILIO . et
UXORE EIUS REGINA MAHALDA HEC ECCLESIA **FUN / DATA EST** IN HONORE

SanCtE MARIE VIRGINIS et MATRIS XPI / A MILITIBUS TENPLI
IHEROSOLIMITANI . IUSSU MA / GISTRI HUGONIS . PEDRO ARNALDI . EDIFICII
CURAM / GERENTE : ANIME EORUM REQUIESCANT IN PACE AMen

14) **1154, julho, 1**

Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca (S. João de Tarouca, Tarouca, Viseu)

Granito; 134 x 88 x 24 cm

EMP 99

FUNDATA FUIT . ISTA / ERA . M . C . LX' II K(a)L(en)DAS IULII

15) **1164, julho, 15**

Sepins (Sepins, Cantanhede, Coimbra)

Calcário; 26 x 12,5 x 8 cm

EMP 117

IN ERA MILLESIMA / C^a C^a II : IDus : IULII : **FABRI** / **C[a]T[a]** : **EST** I(sta) [?]

ECcLesIA +

16) **1165, janeiro, 28**

Igreja de S. Salvador de Unhão (Unhão, Felgueiras, Porto)

Granito; 206 x 68 cm

EMP 119

ERA MCC . III . **DEDICATA** / **FUIT** EC(c)LESIA ISTA . Per MANUS /
ARCHIEPISCOPI IOHaNNIS BRacHarENSIS / V^o KaLeNdaS F(e)B(rua)RII . IN
IUDICIO . Magister . SISALDIS [?]

17) **1169**

Igreja paroquial de S. João Batista de Coucieiro (Coucieiro, Vila Verde, Braga)

Granito; 77 x 45 cm

EMP 130

E(ra) M C C VII . XII (...) / **DEDIC** (...)

18) **1169, maio, 18**

Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca (S. João de Tarouca, Tarouca, Viseu)

Granito; 153 x 54 cm

EMP 131

[e]RA : M : CC : VII : XV : KaLendas : IUNII : **DEDICATA FUIT** EC(c)L(es)IA ISTA
/ [per] MANUS IO(han)NIS BRACHARENSIS ARCHIEPiscopl : ET PETRI / [t]ERCII
PORTUGALENSIS : ET MENENDI LAMECENSIS : / [et] GUNDISALVI VIS(i)ENSIS
EPiscopORUM

19) **1170, maio, 10**

Igreja paroquial de S. Maria de Lamas do Vouga (Lamas do Vouga, Águeda, Aveiro)

Calcário; 63,5 x 23,5 cm

EMP 134

+ **DEDICATA : FUIT** : ECCLESIA DE SanCtA MARIA DE LAMAS / AB EPiscopO
COLIMBRIE : DOMNO MICHAELE : Per MANus VERMUnDI ECCLESIE /
PresBiterI : SUB Era M^a CC^a VIII^a : VI^o : IDus MAGII : In FEstIVITATE
SanCtORum CORDIANI : / ET EPIMACHI : In HONORE SanCtE MARIE VIRGINIS
: AN(n)O AB InCARNACIONe DomiNI / M^o C 2 XX^o : REGNANTE APuD
PORTUGALE REGE ALFOnSO : COMITIS HEnRICI : et REGI / NE TARASIE FILIO :

HORum VerO SanCtORum RELIQuIE In PreFATE ECCLesIE ALTARI conDITE
HABEnTur : / DE SEPULCrO BeaTE MaRIE VIRGINIS : RELIQuIE SanCtORum
FELICISSIMI et AGAPITI : et / SanCtI SEBASTIANI : et SanCtE MARIE : DE
SEPULCRO DomiNI : Qui SCRIPSIT VIVAT In / ETERNUm : AMen :

20) **1173**

Igreja paroquial de S. Pedro de Avelãs de Cima (Avelãs de Cima, Anadia, Aveiro)

Calcário; 44 x 30,5 cm

EMP 144

IN ERA : M^a : CC^a : XI^a : **FUNDATA : Est** : HEC : ECcLesiA : AD / HONOREM : DEI
: ET : SAN(c)TE : MARIE : ET BEATI : / PETRI : APostoLI : QUAM : PRELATUS :
PETRUS : PRESBITER : / FECIT : ATQUE : SUORUM : LAICORUM : / ADIUTORIO
: PELAGI[u]S : MAGISTER : SCRIBSIT

21) **1173, [abril, 29]**

Igreja de S. Maria de Geraz do Lima (S. Maria de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo)

Granito; (1) 111, (2) 82 x (1) 45, (2) 43 cm

EMP 146

Era : M^a : CC^a : XI^a : III^o : KaLendas [maii] / **DEDICATA : FUIT** EC(c)L(esi)A [ista]
/ QuaM FECIT : DEDI[care] / MARTINUS : PresBiTeR [...]

22) **1174 (?), dezembro, 12**

Igreja de S. Marinha (S. Vicente de Fora, Lisboa, Lisboa)

(?); (?)

EMP 149

Era : M : C : C : XII : **Fuit** : Ecclesia : Ista : **Consacrata** : II : Idus : Decembris :

23) **1181, fevereiro, 15**

Igreja de N. S. do Ó de Cadima (Cadima, Cantanhede, Coimbra)

Mármore (?); (?)

EMP 167

“Era 1219, 15 Kalend. Martii **Dedicata Fuit** Ecclesia Ista In Honore Sanctae Mariae, Et Vicentii, In Diebus Domni Ildefonsi Regis: Et Consecravit Eam Vermundus Episcopus Regens Domum Istam Menendus Pelagii, Qui Eam Fecit Consecrare Pro Remedio Animae Suae”

24) **1186, março, 20**

Igreja paroquial de S. João de Loure (S. João de Loure, Albergaria-a-Velha, Aveiro)

(?); (?)

EMP 180

EC(c)LESIA ISTA **DE / DICATA EST** SANCTO / IO(h)AN(n)I BAPTISTAE A DO /
MNO MARTINO EPISCO / PO CONIMBRIENCI [Sic] IU / SSU SANCHI : II REGIS
L / US(i)TANIAE DIE XX MARTII A / NNO 1224 A MCCXXIII A.

25) **1195**

Igreja paroquial de Santiago da Moita (Moita, Anadia, Aveiro)

Calcário; 43 x 18 cm

EMP 201

: IN : NOMINE : SANCTE : TRINITATIS / **EDIFICATUm** : **EST** : HOC : TENPLUm :
AD / HONOREm : SANCTI : CUCUEATI [Sic] : MAR : / TIRIZ : Era : M CC XXXIII /
:

26) [1212-1228], setembro, 16 ou dezembro, 13 (?)

Igreja de S. Martinho do Campo (S. Martinho do Campo, S. Tirso, Porto)

Granito; 58 x 45 cm

EMP 268

l(n) : DIE : Sancte : LUCIE : **DE(d)ICA[ta fuit ab]** / DOmNUs : STEPHANUs :
BR[acharensis archiepiscopo] / : PLATI [?] : Elus Fuit : EC(c)L(esi)E : IN
HON[ore] [...]

27) 1214, agosto, 31

Igreja de S. Vicente de Sousa (Sousa, Felgueiras, Porto)

Granito; (1) 40,5, (2) 97,5 x 39 cm

EMP 276

E(ra) M CC 2 II PR[i]DIE KaLendaS SepTemBRIS **DEDICATA FUIT** / EC(c)LesiaM
S(an)CT(i) VINCENCII M(arti)RIS A BRAC(h)ARE(n)SI ARCHI / EP(iscop)O
DOMNO STEPHANO DOMNO FERNANDO / REIMUNDI PRELATO ISTIus
EC(c)L(esi)E EXISTENTE

28) 1217, maio, [14]

Celorico da Beira (Celorico da Beira, Celorico da Beira, Guarda)

Granito; (1) 108, (2) 89 x (1) 33, (2) 33 cm

EMP 280

Era | M^a | CC^a | 2^a | V^a | MAGIO MEDIATO **FUnDATA FUIT** / ISTA ECCLESIA

29) **1223**

Igreja velha de S. Cristóvão de Lordelo (Lordelo, Felgueiras, Porto)

Granito; 237,5 x 33 cm

EMP 288

Era M^a CC^a 2X^a I^a **DeDICATA**

30) **1224, maio**

Igreja paroquial de S. Maria de Valhelhas (Valhelhas, Guarda, Guarda)

Granito; (?)

EMP 292

M(en)SE . MAGII . E(ra) M CC 2 X II ECCLESIA . **FUIT SAC(ra)TA**

31) **1225, dezembro, 14**

Igreja paroquial de S. Paio de Besteiros (S. Paio de Besteiros, Amares, Braga)

Granito; 110 x 46,5 cm

EMP 296

ER(a) M^a CC^a 2X^a III^a / XIII D[-] D(e)C(em)B(ri)S **C(onsac)R(a)TA [fuit]** /

D(omno) . VEN(e)GAS AB(b)AS

32) **1231, março, 1 (?)**

Igreja do mosteiro de S. Maria de Refóios de Lima (Refóios de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo)

(?); (?)

EMP 301-A

“E. M. CC. XL. IX. Kalend. Martij **Dedicata Est** Haec Ecclesia in Honorem Apostolorum Petri et Pauli. Martinus Martini Prioris.”

33) **1237, março, 22**

Igreja de S. Romão de Arões (Arões, Fafe, Braga)

Granito; 166 x (1) 38, (2) 61 cm

EMP 311

ABBAS . DOMNus . GOMEX [Sic] / Era . M^a . CC^a . 2XX^a . V . MENSE / MARCIO
. XX . II . DIE . MENSIS . **DE / DICATA . EST** . HOC . ECCLESIA . AB /
ARCHIEPiscopO . DOMNO . SILVESTRO .

34) **1272**

Igreja do mosteiro de S. Maria de Pombeiro (Pombeiro de Ribavizela, Felgueiras, Porto)

(?); (?)

EMP 381

“Era Millesima Trecentessima Nona [Sic] **Facta Fuit** Galile – Mandante
Domino Roderico, Abbate”

35) **1308**

Sé de Évora (Sé, Évora, Évora)

Mármore; 61,5 x 70,5 cm

EMP 513

Hoc : ALTARIA : VI(r)GiNIS : GLoriOSE : MaT(r)iS : DomiNI : SA / NCTE : Ma(r)IE
: SanCtI : BARToLoMel : APostoLI : SA / NCTI : IoHannIS : BaBtisTE : SanCtI :
LAUREnCII : MartiRIS : / SanCtI : IULIANI : MartiRIS : SanCtI : BOnIFACII :
MartiRIS : / SanCtOrum : VInCEnCII : SAVINE : et XPETIS : MA / RTIrum :
SanCtE : LUCIE : MartiRIS : Sancta : AUCTORITA / TE : OmniIUM : DomiNI :
CONSACRATA : PER : SE / RVITUTEm : MANUS : FERNAnDI : LICET : In /
DomiNI : TUnC : EPiscopI : ELBOREnSIS : Era : M^a : / CCC^a : XL^a : VI^a : / et :
SANCTI : MANCII :

36) **1325, maio, 7**

Sé de Braga (Sé, Braga, Braga)

Calcário; 50 x 23 cm

EMP 562

ANNO : DomiNI : M^o : CCC^o : XXV^o : VII : DIE : MensE / : MADII : ANNO :
Q(u)O(d) : OBIIT : ILLUSTRiS : REX / DomNuS : DIONISlus : **INCEPTUm** : **FUIT** :
HOC : Opus : / IOHannEs : STePHaNI : MONACHO : DE : PALUM / BARIO : IN :
HOC : LOCO : TUNC : VIVEnTE : / HOC : PROCURAnTE : EXECUTO(r) (?)

37) **1326**

Sé de Braga (Sé, Braga, Braga)

Calcário; 40 x 12 cm

EMP 563

HANC : IPslus : OPerIS : I[...] / **FUIT** : AUT : OP[...] ANNO DomiNI : M] / CCC^o :
XXVI^o

Anexo n.º 2 – Construções com pretérito perfeito passivo nas inscrições latinas dos séculos IX a XIV

Referência	Data	Instituição	Região	Texto epigráfico ¹⁰	Fonte
Lt.IX.1	[882]	Igreja de S. João dos Azinhais, Vale de Arranas	Alcácer do Sal, Setúbal	CONSUMMATUm EST	EMP 2
Lt.XI.1	1021, outubro, 4	Capela de Santiago da Serra	Paços de Ferreira, Porto	[fui]T CO(ns)A[crata]	EMP 19
Lt.XI.2	1030	Capela de S. Cipriano, Monte de Antelas	Ponte de Lima, Viana do Castelo	P(er)FECTUM / AST	EMP 21
Lt.XI.3	1035, março, 19	Igreja do mosteiro de S. Salvador de Vairão	Vila do Conde, Porto	PERFECTUM EST	EMP 23
Lt.XII.1	[1123-1131]	Igreja de S. Martinho de Manhente	Barcelos, Braga	[per]FECTA EST	EMP 60
Lt.XII.2	1128	Igreja de S. João Batista de Coucieiro	Vila Verde, Braga	DEDICA/TA EST	EMP 63
Lt.XII.3	1128, julho, 1	Igreja de S. Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho, Coimbra	FUIT ... / DEDICATA	EMP 64
Lt.XII.4	1135	Igreja do mosteiro de S. Romão de Neiva	Viana do Castelo, Viana do Castelo	“Incepta Fuit”	EMP 69

¹⁰ A transcrição reproduz a leitura proposta por EMP = BARROCA 2000 (CEP = BARROCA 2017 não inclui as epígrafes posteriores ao século XII). Os textos que se apresentam entre aspas (“...”) não foram lidos por este investigador a partir das epígrafes medievais, reproduzindo antes leituras indiretas de textos epigráficos feitas por terceiros.

Lt.XII.5	1136, abril, 16	Igreja do mosteiro de S. Martinho de Crasto	Ponte da Barca, Viana do Castelo	“Caep̃ta Est”	EMP 70
Lt.XII.6	1138	Capela de S. Luzia de Campos	Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo	FUNDATUS Fuit	EMP 74
Lt.XII.7	1141, maio, 14 (?)	Igreja de S. Martinho de Caramos	Felgueiras, Porto	“Dedicata Fuit”	EMP 79
Lt.XII.8	1144, junho	Capela de N. S. do Desterro	Montemor-o-Velho, Coimbra	“Restaurata Est”	EMP 82
Lt.XII.9	1154	Igreja de S. Maria da Alcáçova de Santarém	Santarém, Santarém	FUN/DATA EST	EMP 98
Lt.XII.10	1154, julho, 1	Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca	Tarouca, Viseu	FUNDATA FUIT	EMP 99
Lt.XII.11	1164, julho, 15	Igreja de S. João Batista de Sepins	Cantanhede, Coimbra	FABRI/C[a]T[a] EST	EMP 117
Lt.XII.12	1165, janeiro, 28	Igreja de S. Salvador de Unhão	Felgueiras, Porto	DEDICATA / FUIT	EMP 119
Lt.XII.13	1169	Igreja de S. João Batista de Coucieiro	Vila Verde, Braga	DEDIC (...)	EMP 130
Lt.XII.14	1169, maio, 18	Igreja do mosteiro de S. João de Tarouca	Tarouca, Viseu	DEDICATA FUIT	EMP 131
Lt.XII.15	1170, maio, 10	Igreja de S. Maria de Lamas do Vouga	Águeda, Aveiro	DEDICATA FUIT	EMP 134
Lt.XII.16	1173	Igreja de S. Pedro de Avelãs de Cima	Anadia, Aveiro	FUNDATA Est	EMP 144
Lt.XII.17	1173, [abril, 29]	Igreja de S. Maria de Geraz do Lima	Viana do Castelo,	DEDICATA FUIT	EMP 146

			Viana do Castelo		
Lt.XII.18	1174 (?), dezembro, 12	Igreja de S. Marinha do Outeiro	Lisboa, Lisboa	Fuit ... Consacrata	EMP 149
Lt.XII.19	1181, fevereiro, 15	Igreja de N. S. do Ó de Cadima	Cantanhede, Coimbra	“Dedicata Fuit”	EMP 167
Lt.XII.20	1186, março, 20	Igreja de S. João de Loure	Albergaria- a-Velha, Aveiro	DE/DICATA EST	EMP 180
Lt.XII.21	1195	Igreja de Santiago da Moita	Anadia, Aveiro	EDIFICATUm EST	EMP 201
Lt.XIII.1	[1212- 1228], setembro, 16 ou dezembro, 13 (?)	Igreja de S. Martinho de Campo	S. Tirso, Porto	DE(d)ICA[ta fuit]	EMP 268
Lt.XIII.2	1214, agosto, 31	Igreja de S. Vicente de Sousa	Felgueiras, Porto	DEDICATA FUIT	EMP 276
Lt.XIII.3	1217, maio, [14]	(?)	Celorico da Beira, Guarda	FUnDATA FUIT	EMP 280
Lt.XIII.4	1223	Igreja de S. Cristóvão de Lordelo	Felgueiras, Porto	DeDICATA	EMP 288
Lt.XIII.5	1224, maio	Igreja de S. Maria de Valhelhas	Guarda, Guarda	FUIT SAC(ra)TA	EMP 292
Lt.XIII.6	1225, dezembro, 14	Igreja de S. Paio de Besteiros	Amares, Braga	C(onsac)R(a)TA [fuit]	EMP 296

Lt.XIII.7	1231, março, 1 (?)	Igreja do mosteiro de S. Maria de Refóios de Lima	Ponte de Lima, Viana do Castelo	“Dedicata Est”	EMP 301-A
Lt.XIII.8	1237, março, 22	Igreja de S. Romão de Arões	Fafe, Braga	DE/DICATA EST	EMP 311
Lt.XIII.9	1272	Igreja do mosteiro de S. Maria de Pombeiro	Felgueiras, Porto	“Facta Fuit”	EMP 381
Lt.XIV.1	1308	Sé de Évora	Évora, Évora	CONSACRATA	EMP 513
Lt.XIV.2	1315, maio	Mosteiro de S. Maria de Celas	Coimbra, Coimbra	FUI ... FULTA ... EST ... SEPULTA	EMP 531
Lt.XIV.3	1325, maio 7	Sé de Braga	Braga, Braga	INCEPTUm FUIT	EMP 562
Lt.XIV.4	1326	Sé de Braga	Braga, Braga	I[...] / FUIT	EMP 563
Lt.XIV.5	1326, outubro, 29	Igreja de S. Félix da Marinha	Vila Nova de Gaia, Porto	FU/IT CO NFIRMATus	EMP 564
Lt.XIV.6	1332, janeiro, 25	Igreja de S. Francisco de Lamego	Lamego, Viseu	“Est ... Sepultus”	EMP 580
Lt.XIV.7	1345, março, 30	Mosteiro de S. Jorge	Coimbra, Coimbra	EST SEPULTUS	EMP 607
Lt.XIV.8	1357, maio, 28 (?)	Sé de Lisboa	Lisboa, Lisboa	TRANSLATUS	EMP 622 ¹¹
Lt.XIV.9	1359, outubro, 25	Sé de Lisboa	Lisboa, Lisboa	TRANSLATA	EMP 626 ¹²

¹¹ Inscrição moderna, em substituição de original medieval.

¹² Inscrição moderna, em substituição de original medieval.

Lt.XIV.10	1362 (?)	Sé Velha de Coimbra	Coimbra, Coimbra	FUIT COncESA	EMP 629
-----------	----------	---------------------	---------------------	---------------------	------------

Anexo n.º 3 – Construções com pretérito perfeito passivo nas inscrições portuguesas dos séculos XIII a XV

Referência	Data	Instituição	Região	Texto epigráfico ¹³	Fonte
Pt.XIII.1	1276, julho, 8	Igreja de N. S. dos Anjos de Valença	Valença, Viana do Castelo	FUI FUNDA/DA	EMP 389
Pt.XIII.2	1284	Ermida de S. André de Torres Novas	Torres Novas, Santarém	Foi / ... Posto	EMP 403
Pt.XIV.1	1302	Castelo de Borba	Borba, Évora	FOI ... EXEMTA	EMP 495
Pt.XIV.2	1306, janeiro, 17	Castelo de Évoramonte	Estremoz, Évora	FOI / COMECADO	EMP 506
Pt.XIV.3	1306, setembro, 29	Muralha de Olivença	Badajoz, Espanha	FOI / POSTA	EMP 508
Pt.XIV.4	1308, dezembro, 6	Sé de Lisboa	Lisboa, Lisboa	FOI SOTer(r)ADO	EMP 518
Pt.XIV.5	1310, maio	Castelo de Zagala	Alcântara, Espanha	FOI COMECADA	EMP 522-A
Pt.XIV.6	1312	Igreja de S. Miguel de Recardães	Águeda, Aveiro	FOY FEYTA	EMP 524
Pt.XIV.7	1312, novembro, 2	Igreja do mosteiro de S. Domingos de Lisboa	Lisboa, Lisboa	“foe passado”	EMP 525

¹³ A transcrição reproduz a leitura proposta por EMP = BARROCA 2000 (CEP = BARROCA 2017 não inclui as epígrafes posteriores ao século XII). Os textos que se apresentam entre aspas (“...”) não foram lidos por este investigador a partir das epígrafes medievais, reproduzindo antes leituras indiretas de textos epigráficos feitas por terceiros.

Pt.XIV.8	1314, agosto, 7	Castelo de Albuquerque	Badajoz, Espanha	FOI COMECADO	EMP 529
Pt.XIV.9	1319	Castelo de Redondo	Redondo, Évora	FOI COMECADO	EMP 538
Pt.XIV.10	1324, maio, 8	Castelo de Leiria	Leiria, Leiria	FOI ... CO/[meçad]A	EMP 557
Pt.XIV.11	1349, dezembro, 29	Sé de Lisboa	Lisboa, Lisboa	FOI CASADO ... FOI ENTERRA/DO	EMP 619
Pt.XIV.12	1362, julho, 5	Ferreira do Zêzere	Ferreira do Zêzere, Santarém	FORON / COMECADOS	EMP 632
Pt.XIV.13	1363	Igreja de Glória do Ribatejo	Salvaterra de Magos, Santarém	FO/I EDIFICADA	EMP 635
Pt.XIV.14	1364	Faro (?)	Faro, Faro	FOI FEITA	EMP 638
Pt.XIV.15	[1366- 1402]	Loulé	Loulé, Faro	“Foi Feita”	EMP 640
Pt.XIV.16	1374, julho, 24	Torre Nova ou Torre das Mulheres, Muralha de Coimbra	Coimbra, Coimbra	“FOI COMEÇADA”	EMP 650
Pt.XIV.17	1375	Porta da Mouraria, Muralha de Lisboa	Lisboa, Lisboa	FOI COMENCADA	EMP 652
Pt.XIV.18	1375, outubro	Castelo de Óbidos	Óbidos, Leiria	FOI COMECADA	EMP 654
Pt.XIV.19	1376	Torres Novas	Torres Novas, Santarém	FOI ACABAD/A	EMP 655
Pt.XIV.20	1377	Sé de Lisboa	Lisboa, Lisboa	FOY FEYTO	EMP 658

Pt.XIV.21	1378	Igreja do mosteiro de S. Domingos	Évora, Évora	FOI ACABADA	EMP 659
Pt.XIV.22	1380, abril, 16	Igreja da Graça	Santarém, Santarém	FOY POSTA	EMP 663
Pt.XIV.23	1382	Claustro do mosteiro de Alpendurada	Marco de Canaveses, Porto	FOI FEITA	EMP 667
Pt.XIV.24	1382, julho, 25	Sé de Viseu	Viseu, Viseu	FOI COM/ECADA	EMP 668
Pt.XIV.25	1385	Igreja do convento de S. Francisco de Estremoz	Estremoz, Évora	“Foi Acabado”	EMP 670
Pt.XIV.26	1387, maio, 6	Igreja de N. S. da Oliveira	Guimarães, Braga	FOI COMEECADA ... FO/Y ACABADA	EMP 673
Pt.XV.1	1401, janeiro, 23	Igreja de N. S. da Oliveira	Guimarães, Braga	FOY SAGRADA	EMP 732
Pt.XV.2	1404	Igreja de S. Pedro da Sertã	Sertã, Castelo Branco	FOI FEITA	EMP 737
Pt.XV.3	1409	Igreja de N. S. da Oliveira	Guimarães, Braga	FOI FEITA	EMP 741
Pt.XV.4	1420	Igreja de N. S. do Soveral	Borba, Évora	FOE FeCTA	EMP 748

Referências bibliográficas

1. Edições de textos latinos

1.1. Gramáticas clássicas

DONATO, *Ars grammatica (Ars minor e Ars maior)* = KEIL, H.; MOMMSEN, Th. (eds.) (1864). Donati ars grammatica. In *Grammatici latini* (vol. 4: *Probi Donati Servii qui feruntur de arte grammatica libri. Notarum laterculi*). Lípsia: B. G. Teubner, 353-402.

PRISCIANO, *Institutiones grammaticae* = KEIL, H.; MOMMSEN, Th. (eds.) (1855-1859). Prisciani grammatici Caesariensis institutionum grammaticarum libri XVIII. In *Grammatici latini* (vol. 2: *Prisciani institutionum grammaticarum libri I-XII*; vol. 3: *Prisciani institutionum grammaticarum libri XIII-XVIII. Prisciani opera minora*). Lípsia: B. G. Teubner.

SÉRVIO, *Commentarius in artem Donati* = KEIL, H.; MOMMSEN, Th. (eds.) (1864). Servii commentarius in artem Donati. In *Grammatici latini* (vol. 4: *Probi Donati Servii qui feruntur de arte grammatica libri. Notarum laterculi*). Lípsia: B. G. Teubner, 403-448.

1.2. Inscrições medievais

BARROCA, M. J. (2000). *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e da Tecnologia.

____ (ed.) (2017). *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita* (nova série; vol. VIII/1: *Inscriptiones. Corpus epigraphicum portugalsium. Pars prima: IX-XII saecula*). Lisboa: Academia das Ciências.

2. Obras de referência

BACH, K. F.; PRICE, Gl. (1977). *Romance linguistics and the Romance languages. A bibliography of bibliographies*. Londres: Grant & Cutler.

BOURGAIN, P.; HUBERT, M.-Cl. (2005). *Le Latin médiéval*. Turnhout: Brepols.

FAVREAU, R. (1979). *Les inscriptions médiévales*. Turnhout: Brepols.

_____ (1997). *Épigraphie médiévale*. Turnhout: Brepols.

MANTELLO, F. A. C.; RIGG, A. G. (eds.) (1996). *Medieval Latin. An introduction and bibliographical guide*. Washington: The Catholic University of America Press.

3. Estudos linguísticos, epigráficos e históricos

ADAMS, J. N. (2003). *Bilingualism and the Latin language*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2007). *The regional diversification of Latin, 200 B.C.-A.D. 600*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2013). *Social variation and the Latin language*. Cambridge: Cambridge University Press.

ALBERTO, P. F.; FURTADO, R.; MARTINS, A. M. (2011). Latin and Portuguese in the Middle Ages. In MATTOSO, J. (dir.). *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 67-85.

ALKIRE, T.; ROSEN, C. (2010). *Romance languages. A historical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.

AMSLER, M. E. (1989). *Etymology and grammatical discourse in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

AUERBACH, E. (1963). *Literary language and its public in late Latin Antiquity and in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.

BALDI, Ph. (1983). *An introduction to the Indo-European languages*. Carbondale: Southern Illinois University Press.

_____ (2002). *The foundations of Latin*. Berlim; Nova Iorque: Mouton de Gruyter.

BANNIARD, M. (1992). *Viva voce. Communication écrite et communication orale du IV^e au IX^e siècle en Occident latin*. Paris: Institut des Études Augustiniennes.

BARROCA, M. J. (1996). A epigrafia medieval portuguesa (século XII). Balanço e perspectivas. In 2.^o congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época (vol. 4: Sociedade,

- administração, cultura e igreja em Portugal no século XII*). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 249-279.
- BEEKES, R. S. P. (2011). *Comparative Indo-European linguistics. An introduction*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- BERTINETTO, P. M.; SQUARTINI, M. (2016). Tense and aspect. In LEDGEWAY, A.; MAIDEN, M. (eds.). *The Oxford guide to the Romance languages*. Oxford: Oxford University Press, 939-953.
- BROCARD, M. T. L. (2014). *Tópicos de história da língua portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- BURTON, Ph. (2016). Analytic passives and deponents in classical and later Latin. In ADAMS, J.; VINCENT, N. (eds.). *Early and late Latin. Continuity or change?* Cambridge: Cambridge University Press, 163-179.
- BYBEE, J. (2015). *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYNON, Th. (1977). *Historical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAMPBELL, L. ([1998] 2013). *Historical linguistics. An introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- CASTRO, I. ([2004] 2006). *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.
- CAZAL, Y. (1998). *Les voix du peuple – Verbum Dei. Le bilinguisme latin-langue vulgaire au Moyen Âge*. Genebra: Droz.
- CLACKSON, J. (2007). *Indo-European linguistics. An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (2016). Latin as a source for the Romance languages. In LEDGEWAY, A.; MAIDEN, M. (eds.). *The Oxford guide to the Romance languages*. Oxford: Oxford University Press, 3-13.
- CLACKSON, J.; HORROCKS, G. (2011). *The Blackwell history of the Latin language*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- COPELAND, R.; SLUITER, I. (eds.) (2009). *Medieval grammar and rhetoric. Language arts and literary theory, AD 300-1475*. Oxford: Oxford University Press.

DAHL, Ö. (1985). *Tense and aspect systems*. Oxford: Basil Blackwell.

DALBERA, J. (2016). *Le parfait de l'indicatif latin. Analyse linguistique à partir d'un corpus narratif romanesque*. Paris: Peeters.

DANCKAERT, L. (2016). Variation and change in Latin BE-periphrases. Empirical and methodological considerations. In ADAMS, J.; VINCENT, N. (eds.). *Early and late Latin. Continuity or change?* Cambridge: Cambridge University Press, 132-162.

_____ (2017). The origins of the Romance analytic passive. Evidence from word order. In MATHIEU, E.; TRUSWELL, R. (eds.). *Micro-change and macro-change in diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 216-235.

DEVINE, A. M.; STEPHENS, L. D. (2019). *Pragmatics for Latin. From syntax to information structure*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

EMBICK, D. (2000). Features, syntax, and categories in the Latin perfect. *Linguistic inquiry* 31 (2): 185-230.

ERNOUT, AL. (1908-1909). Recherches sur l'emploi du passif Latin. *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris*, 273-333.

_____ ([1914] 2014). *Morphologie historique du latin*. Paris: Librairie Klincksieck.

GILDERSLEEVE, B. L.; LODGE, G. ([1895] 2005). *Latin grammar*. Londres: Bristol Classical Press.

GRANDGENT, C. H. (1907). *An introduction to vulgar Latin*. Boston: D. C. Heath & Co.

GREEN, J. N. (1996). The collapse and replacement of verbal inflection in Late Latin/Early Romance. How would one know? In WRIGHT, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the early Middle Ages*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 83-99.

HAVERLING, G. (2008). On the development of actionality, tense and viewpoint from early to late Latin. In JOSEPHSON, F.; SÖHRMAN, I. (eds.). *Interdependence of diachronic and synchronic analyses*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 73-104.

- _____. (2010). Actionality, tense and viewpoint. In BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (eds.). *New perspectives on historical Latin syntax* (vol. 2: *Constituent syntax. Adverbial phrases, adverbs, mood, tense*). Berlin: Mouton de Gruyter, 277-523.
- HERMAN, J. ([1967] 2000). *Vulgar Latin*. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- HEWSON, J.; BUBENIK, V. (1997). *Tense and aspect in Indo-European languages. Theory, typology, diachrony*. Amsterdã; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- HOCK, H. H. (1991). *Principles of historical linguistics*. Berlin; Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- HOFFMAN, R. (1997). *Lateinische Verbalperiphrasen vom Typ amans sum und amatus fui. Valenz und Grammatikalisierung (Primäres Textkorpus: Ovid)*. Berna: Peter Lang.
- HOLT, D. E. (2016). From Latin to Portuguese. Main phonological changes. In WETZELS, W. L.; MENUZZI, S.; COSTA, J. (eds.). *The handbook of Portuguese linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 457-470.
- HORNSTEIN, N. (1990). *As time goes by. Tense and universal grammar*. Cambridge: MIT Press.
- IACOBINI, CL. (2004). Prefissazione. In GROSSMANN, M.; RAINER, Fr. (eds.). *La formazione delle parole in italiano*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 97-164.
- JANSON, T. (1996). Language change and metalinguistic change. Latin to Romance and other cases. In WRIGHT, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the early Middle Ages*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 19-28.
- JASANOFF, J. H. (1987). The tenses of the Latin perfect system. In CARDONA, G.; ZIDE, N. H. (eds.). *Festschrift for Henry Hoenigswald on the occasion of his seventieth birthday*. Tübingen: Gunter Narr, 177-183.
- JEFFERS, R. J.; LEHISTE, I. ([1979] 1992). *Principles and methods for historical linguistics*. Cambridge; Londres: The MIT Press.
- KABATEK, J. (2016). Diglossia. In LEDGEWAY, A.; MAIDEN, M. (eds.). *The Oxford guide to the Romance languages*. Oxford: Oxford University Press, 624-633.

- KIESLER, R. (2006). *Einführung in die Problematik des Vulgärlateins*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- KURZOVÁ, H. (1993). *From Indo-European to Latin. The evolution of a morphosyntactic type*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- LASS, R. (1997). *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAURENT, R. (1999). *Past participles from Latin to Romance*. Londres: University of California Press.
- LAW, V. (1987). Late Latin grammars in the Early Middle Ages. A typological history. In TAYLOR, D. J. (ed.). *The history of linguistics in the Classical period*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 191-206.
- ____ (1996). Grammar. In MANTELLO, F. A. C.; RIGG, A. G. (eds.) (1996). *Medieval Latin. An introduction and bibliographical guide*. Washington: The Catholic University of America Press, 288-295.
- LEHMANN, W. P. ([1962] 1992). *Historical linguistics. An introduction*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- ____ ([1993] 2014). *Theoretical bases of Indo-European linguistics*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- LEUMANN, M. (1921). Part. perf. pass. mit *fui* im späteren Latein. *Glotta* 11: 192-194.
- LINDSAY, W. M. (1894). *An historical account of Latin sounds, stems, and flexions*. Oxford: Clarendon Press.
- LLOYD, P. M. (1987). *From Latin to Spanish* (vol. 1: *Historical phonology and morphology of the Spanish language*). s.l.: American Philosophical Society.
- LOURENÇO, F. (2019). *Nova gramática do latim*. Lisboa: Quetzal Editores.
- LURAGHI, S.; BUBENIK, V. ([2010] 2013). *The Bloomsbury companion to historical linguistics*. Londres; Nova Iorque: Bloomsbury.

- MALLORY, J. P.; ADAMS, D. Q. (2006). *The Oxford introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European world*. Oxford: Oxford University Press.
- MEIER-BRÜGGER, M. (2003). *Indo-European linguistics*. Berlin; Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- MEILLET, A. (1908). *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*. Paris: Librairie Hachette.
- _____ ([1928] 2004). *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Librairie Klincksieck.
- MELO, W. de (2012). Kuryłowicz's first law of analogy and the development of passive periphrases in Latin. In PROBERT, Ph.; WILLI, A. (eds.). *Laws and rules in Indo-European*. Oxford: Oxford University Press, 83-101.
- MILLAR, R. McC. (ed.) ([1996] 2015). *Trask's Historical Linguistics*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- MOHL, F. G. (1899). *Introduction à la chronologie du Latin vulgaire. Étude de philologie historique*. Paris: Librairie Émile Bouillon Éditeur.
- MOORE, R. W. ([1934] 2003). *Comparative Greek and Latin syntax*. Londres: Bristol Classical Press.
- MOUNTFORD, J. (ed.) ([1984] 2001). *'Bradley's Arnold' Latin prose composition*. Londres: Bristol Classical Press.
- MULLER, H. F. (1924). The passive voice in vulgar Latin. *The Romanic review* 15: 68-93.
- ONIGA, R. ([2007] 2014). *Latin. A linguistic introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- PALMER, L. R. ([1954] 2001). *The Latin language*. Londres: Bristol Classical Press.
- PINKSTER, H. (1995). *Sintaxis y semántica del latín*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- POSNER, R. (1996). *The Romance languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAMAT, P. (1987). *Linguistic typology*. Berlin; Nova Iorque; Amsterdão: Mouton de Gruyter.
- REICHENBACH, H. (1947). *Elements of symbolic logic*. Nova Iorque: Collier-Macmillan.

- RINGE, D.; ESKA, J. F. (2013). *Historical linguistics. Toward a twenty-first century reintegration*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANDYS, J. E. (1903). *A history of Classical scholarship from the sixth century B.C. to the end of the Middle Ages*. Cambridge: University Press.
- SCHLEICHER, A. (1874-1877). *A compendium of the comparative grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin languages*. Londres: Trübner & Co.
- SHIELDS, K. C. (1992). *A history of Indo-European verb morphology*. Amsterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- SIHLER, A. L. (1995). *New comparative grammar of Greek and Latin*. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press.
- TEYSSIER, P. ([1980] 2001). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- VÄÄNÄNEN, V. ([1963] 2012). *Introduction au Latin vulgaire*. Paris: Librairie Klincksieck.
- VARVARO, AL. (1996). Latin and Romance. Fragmentation of restructuring? In WRIGHT, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the early Middle Ages*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 44-51.
- VINCENT, N. (1988). Latin. In HARRIS, M.; VINCENT, N. (eds.). *The Romance languages*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 26-78.
- ____ (2016). Continuity and change from Latin to Romance. In ADAMS, J.; VINCENT, N. (eds.). *Early and late Latin. Continuity or change?* Cambridge: Cambridge University Press, 1-13.
- WOODCOCK, E. C. ([1959] 2002). *A new Latin syntax*. Londres: Bristol Classical Press.
- WRIGHT, R. (1982). *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*. Liverpool: Francis Cairns.
- ____ (1996). The conceptual distinction between Latin and Romance. Invention or evolution? In WRIGHT, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the early Middle Ages*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 103-113.

_____ (2016). Latin and Romance in the medieval period. A sociophilological approach. In LEDGEWAY, A.; MAIDEN, M. (eds.). *The Oxford guide to the Romance languages*. Oxford: Oxford University Press, 14-23.

Índice de gráficos

N.º 1 – Número de epígrafes com construção PPP (AUX expresso)	37
N.º 2 – Número de epígrafes com construção PPP (AUX expresso)	37
N.º 3 – Número de epígrafes com AUX <i>est</i> (valores por século)	39
N.º 4 – Número de epígrafes com AUX <i>fuit</i> (valores por século)	39